



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA** Escola Superior de Comunicação,  
Administração e Turismo

## **Avaliação da Disposição para Pagar dos Visitantes das Praias Albufeira do Azibo: Uma Proposta de Política Pública Municipal**

**Mário José Vaz Almendra**

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo para obtenção do Grau de Mestre em Administração Autárquica.*

Trabalho efetuado sob a orientação de:

**Professora Doutora Cláudia S. Costa**

**Professor Especialista Eduardo Pinheiro**

**Mirandela, novembro 2022**





**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA** Escola Superior de Comunicação,  
Administração e Turismo

## **Avaliação da Disposição para Pagar dos Visitantes das Praias Albufeira do Azibo: Uma Proposta de Política Pública Municipal**

**Mário José Vaz Almendra**

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo para obtenção do Grau de Mestre em Administração Autárquica.*

Trabalho efetuado sob a orientação de:

**Professora Doutora Cláudia S. Costa**

**Professor Especialista Eduardo Pinheiro**

**Mirandela, novembro 2022**

## ***Dedicatória***

*Para, Batilde (in memoriam), Matilde e Maria Leonor*

## Resumo

Este trabalho empírico teve como principal objetivo avaliar a disposição para pagar pelo uso e não uso dos bens públicos puros, mais concretamente as praias da albufeira do Azibo, procurando analisar as principais características inerentes aos visitantes e àquelas praias. Para além disso, pretende-se, ainda, identificar os determinantes da disposição para pagar. Esta investigação adotou uma abordagem quantitativa, através da aplicação de um inquérito por questionário, aos visitantes das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada. Foram aplicados 600 questionários durante a época balnear de 2020, tendo sido validados 573 respostas, correspondendo a 95,5% da população inquirida. O erro amostral foi de 2,55% assumindo um nível de significância de 95%, tornando a amostra representativa do universo do estudo. Os primeiros resultados parecem apontar, de forma consistente, para a existência de disponibilidade para pagar, por parte dos visitantes, pela preservação ambiental dos recursos naturais, isto é, pelo não uso dos bens públicos puros, bem como pelo uso de serviços e estruturas de apoio às praias da Albufeira do Azibo. À semelhança de outros estudos (Liu, Liu, Zhang, Qu, & Yu, 2019) que apontam para a existência de disponibilidade para pagar por parte dos visitantes, também neste caso os visitantes declaram estar dispostos a pagar, contudo, o montante que os visitantes declaram estar dispostos a pagar pelo uso dos recursos das praias da Albufeira do Azibo, poderá de alguma forma estar mais relacionado com questões simbólicas ou afetivas do que, propriamente, com o seu uso direto. Adicionalmente, o facto de existir ainda um número limitado de estudos nesta área dificulta a generalização dos resultados obtidos, tanto mais que o presente trabalho assenta num estudo de caso focado apenas nas praias da Albufeira do Azibo. De igual modo, e contrariamente ao observado em anos anteriores, o número de visitantes diminuiu drasticamente, na época balnear referida, tendo predominado visitantes da área metropolitana do Porto, o que poderá constituir algum tipo de enviesamento face ao perfil-tipo de visitante pré-COVID 19. Ainda assim, pretendemos, contribuir para um tema ainda pouco desenvolvido no contexto das políticas públicas locais de turismo e do desenvolvimento sustentável e facilitar, aos atores públicos locais, a definição de um valor para pagamento pelo uso de bens públicos de uso e de não uso das praias da albufeira do Azibo.

**Palavras-chave:** Disposição para pagar; Método de Avaliação Contingente; Bens Públicos de uso e não uso; Praias do Azibo; Administração Local.

## Abstract

The main objective of this empirical study was to evaluate the willingness to pay for the use and non-use of pure public goods, more specifically the beaches of the Azibo reservoir, seeking to analyse the main characteristics inherent to visitors and those beaches. Furthermore, it is also intended to identify the determinants of willingness to pay. This research adopted a quantitative approach, through the application of a questionnaire survey to the visitors of Ribeira and Pegada's fraga beaches. 600 questionnaires were applied during the 2020 bathing season, and 573 responses were validated, corresponding to 95.5% of the surveyed population. The sampling error was 2.55% assuming a significance level of 95%, making the sample representative of the study universe. The first results seem to consistently point to the existence of willingness to pay, on the part of visitors, for the environmental preservation of natural resources, i.e. for the non-use of pure public goods, as well as for the use of services and structures supporting the beaches of the Azibo lagoon. Similarly to other studies (Liu, Liu, Zhang, Qu, & Yu, 2019) that point to the existence of willingness to pay on the part of visitors, also in this case visitors declare that they are willing to pay, however, the amount that visitors declare that they are willing to pay for the use of the resources of the beaches of Albufeira do Azibo, may somehow be more related to symbolic or affective issues than, properly, with their direct use. In addition, the fact that there are still a limited number of studies in this area makes it difficult to generalise the results obtained, especially since this study is based on a case study focused only on the beaches of the Azibo lagoon. In the same way, and contrary to what has been observed in previous years, the number of visitors decreased dramatically during this bathing season, with visitors from the metropolitan area of Porto predominating, which may constitute some kind of bias against the pre-COVID 19 visitor-type profile. Even so, we intend to contribute to a theme still underdeveloped in the context of local public policies on tourism and sustainable development and facilitate, to local public actors, the definition of a value for payment for the use of public goods of use and non-use of the beaches of the Azibo reservoir.

**Keywords:** Willingness to Pay; Contingent Valuation Method; Public Goods of use and non-use; Azibo's Beaches; Local Administration.

## Agradecimentos

Este trabalho é fruto do meu esforço ao longo de mais de dois anos. Mas eu dificilmente chegaria até aqui se não fossem os seres especiais que me ajudaram. Nesses agradecimentos, remeto-me a apenas alguns deles presentes neste período. Portanto, a minha lista de gratidão é bem mais ampla que a seguir apresentada. Primeiramente, agradeço à minha mãe, Batilde Vaz (in memoriam), que com outros amigos espirituais me iluminaram.

Às minhas filhas, Matilde e Maria Leonor, apesar de já compartilhar as minhas experiências, pouco imaginava que estas lhes exigiriam renúncias ainda maiores.

Sou profundamente grato à professora Doutora Cláudia Cristina Silva Costa, uma pessoa especial, que tive a honra de conhecer, e que muito contribuiu para o meu percurso. Apenas as suas orientações teóricas já seriam dignas de agradecimento. Mas além da sua competência e conhecimento, traz consigo, muita dedicação ao trabalho. O professor Doutor Eduardo Milhões Pinheiro, fez a diferença neste trabalho quando me aceitou, pois concilia o vasto conhecimento académico com disposição para ajudar e dedicação, inclusive em termos metodológicos, motivo que torna necessário exprimir a minha gratidão.

Agradeço aos meus colegas da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, por todo o carinho e colaboração prestada. Registo os meus agradecimentos aos professores do Mestrado em Administração Autárquica, por me proporcionarem novas formas de compreender o mundo.

Por fim, agradeço ao Município de Macedo de Cavaleiros, pela disponibilidade no apoio para a recolha de dados nas praias da Albufeira do Azibo.

Aos meus amigos e a todas as pessoas que direta ou indiretamente me apoiaram na conclusão desta etapa.

A todos, um especial agradecimento.

## **Lista de Abreviaturas e/ou Siglas**

**CMV** – Custo do Meio Ambiente

**DCA** – Disposição para aceitar

**DPA** – Disposição para pagar

**MVC** – Método de valoração contingente

**PPAA** – Paisagem Protegida da albufeira do Azibo

**SPE** – Serviço com um propósito Específico

**WTP** – *Willingness to pay* – Disponibilidade para pagar

## ÍNDICE

|   |             |
|---|-------------|
| <b>Agradecimentos</b> .....   | <b>V</b>    |
| <b>Lista de Abreviaturas e/ou Siglas</b> .....                                      | <b>VI</b>   |
| <b>Índice de Figuras</b> .....  | <b>VIII</b> |
| <b>Índice de Tabelas</b> .....  | <b>IX</b>   |
| <b>Índice de Quadros</b> .....  | <b>X</b>    |
| <b>Introdução</b> .....   | <b>1</b>    |
| <b>1. Revisão de Literatura: A Valorização de Bens Públicos Puros</b> .....         | <b>3</b>    |
| 1.1. Falhas de Mercado.....   | 3           |
| 1.2. Valoração dos Bens Sem Mercado.....  | 7           |
| 1.3. Método de Avaliação Contingente .....  | 11          |
| 1.4. CMV no Turismo: O Custo do Meio Ambiente e do Turismo.....                     | 14          |
| <b>2. Contexto de Análise: A Valorização das Praias da Albufeira do Azibo</b> ..... | <b>17</b>   |
| <b>3. Hipóteses de Investigação e Opções Metodológicas</b> .....                    | <b>37</b>   |
| 3.1. Hipóteses de Investigação .....  | 37          |
| 3.2. Opções Metodológicas .....   | 38          |
| 3.2.1. Estratégia de Investigação .....   | 38          |
| 3.2.2. Técnica de Recolha de Dados .....  | 38          |
| 3.2.3. Técnica de Tratamento de Dados .....   | 40          |
| <b>4. Apresentação e Análise de Resultados</b> .....                                | <b>41</b>   |
| 4.1. Caracterização da Amostra.....   | 41          |
| 4.2. Análise Descritiva Exploratória .....  | 47          |
| 4.2.1. Informação sobre s Deslocação .....  | 48          |
| 4.2.2. Informação sobre Alojamento .....  | 50          |
| 4.2.3. Características das Praias da Albufeira do Azibo .....                       | 55          |
| 4.3. Interpretação dos Resultados e Validação das Hipóteses .....                   | 64          |
| <b>5. Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação</b> .....   | <b>66</b>   |
| Apêndice I Questionário aos Visitantes das Praias da Albufeira do Azibo .....       | 70          |

# Índice de Figuras

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1:</b> Caraterização da Paisagem Protegida da albufeira do Azibo ..... | 21 |
| <b>Figura 2:</b> Caraterização da PPAA, na rede natura 2000 .....                | 22 |
| <b>Figura 3:</b> Rede Regional de Paisagem Protegidas .....                      | 23 |
| <b>Figura 4:</b> Praia da Ribeira .....  | 24 |
| <b>Figura 5:</b> Praia da Ribeira .....  | 25 |
| <b>Figura 6:</b> Praia da Fraga da Pegada .....                                  | 26 |
| <b>Figura 7:</b> Praia da Fraga da Pegada .....                                  | 27 |
| <b>Figura 8:</b> Caraterização da Praia da fraga da Pegada .....                 | 28 |
| <b>Figura 9:</b> Logo – PPAA .....   | 29 |
| <b>Figura 10:</b> Praias Bandeira Azul - Azibo – 2022 .....                      | 30 |
| <b>Figura 11:</b> Ancoradouro – Azibo .....                                      | 31 |
| <b>Figura 12:</b> Ancoradouro .....  | 32 |
| <b>Figura 13:</b> Parque de Merendas .....                                       | 32 |
| <b>Figura 14:</b> Cais  Ancoradouro .....  | 33 |

## Índice de Tabelas

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1:</b> Caraterísticas mais valorizadas nas praias .....                      | 55 |
| <b>Tabela 2:</b> Caraterísticas mais valorizadas nas praias da albufeira do Azibo..... | 55 |
| <b>Tabela 3:</b> Caraterísticas mais valorizadas nos parques de estacionamento.....    | 59 |

# Índice de Quadros

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1:</b> Classificação dos bens públicos e privados .....          | 6  |
| <b>Quadro 2:</b> Conceito de valor económico total .....                   | 9  |
| <b>Quadro 3:</b> Métodos de valoração económica dos bens sem mercado ..... | 10 |

## Introdução

Nas últimas décadas, o turismo tem-se tornado uma grande indústria e um dos principais impulsionadores do Produto Interno Bruto de vários países (Alves, Rigall-I-Torrent, Ballester, Benavente, & Ferreira, 2015). Neste contexto, e de igual modo, a atratividade dos destinos de praia é, sem dúvida, importante para o desenvolvimento socioeconómico de uma determinada região, assumindo-se como ícone contemporâneo de viagens de turismo e lazer (Liu, Liu, Zhang, Qu, & Yu, 2019). Vários estudos têm focado a aplicação e análise do modelo de avaliação contingente, como forma de avaliação de atributos para o estabelecimento de um preço para os bens públicos disponibilizados, baseados na medição da disposição para pagar (Monty & Skidmore, 2003, Adamu et al., 2015).

Não obstante, a maioria dos estudos apresentam uma análise baseada na avaliação da disposição para pagar de atributos privados, importa, neste âmbito, analisar a questão direcionada para os bens públicos. Efetivamente, a aplicação destes modelos ao contexto dos bens públicos puros (no entendimento da teoria do bem-estar) é relativamente diminuta, incluindo a análise a praias caracterizadas pela não rivalidade no consumo e não exclusividade no acesso, sob o ponto de vista da aplicação do método de avaliação contingente (Rigall-I-Torrent & Fluvià, 2011, Peng, 2018). De facto, a maioria das praias são recursos turísticos importantes e passíveis de serem considerados bens públicos puros. Por outras palavras, as praias são não rivais no seu consumo, porque o usufruto por um indivíduo não impede que outros possam usufruir da mesma praia, e também são não exclusivas (princípio da não-exclusividade) no acesso, dado que “após a disponibilização dos atributos públicos, não é possível excluir consumidores que não adquiriram o produto de usufruí-lo” (Rigall-I-Torrent & Fluvià, 2011).

Assim, e atendendo que o número de visitantes das praias do Azibo tem assumido uma posição de crescimento nos últimos anos, tal deveria exigir da parte do governo local uma posição estratégica na definição de políticas públicas locais capazes de mitigar os efeitos adversos gerados sobre estes recursos turísticos, preservando-os das atividades humanas / turísticas (Rigall-I-Torrente & Fluvià, 2011; Alves, Rigall-I-Torrent, Ballester, Benavente, & Ferreira, 2015).

Nesse sentido, esta investigação tem como principal objetivo avaliar a disposição para pagar dos visitantes, pelo uso e não uso dos bens públicos puros, das praias da Albufeira do Azibo, concretamente das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada, localizadas no Nordeste de Portugal, em Trás-os-Montes. Deste modo, assumimos a seguinte questão de investigação: Os visitantes das praias da Albufeira do Azibo estão dispostos a pagar pelo uso e pelo não uso destes bens públicos puros?

Para o cumprimento de tal propósito, esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à revisão da literatura. O segundo capítulo aborda o contexto de análise, referindo a valorização das praias da Albufeira do Azibo. No terceiro capítulo

é caracterizado por abordar as hipóteses de investigação e opções metodológicas, tratando as hipóteses de investigação, as opções metodológicas a estratégia de investigação, as técnicas de recolha de dados e a técnica de tratamento de dados.

No quarto capítulo, é desenvolvida a apresentação e análise dos resultados, caracterização da amostra, análise descritiva exploratória, informação sobre alojamento, características das praias da Albufeira do Azibo, bem como a interpretação dos resultados e validação das hipóteses.

No quinto capítulo, finalizamos o presente estudo, enunciando as principais conclusões, e limitações encontradas ao longo deste trabalho e recomendações para futuras linhas de investigação.

Com este estudo pretende-se, analisar a problemática da gestão dos recursos públicos das praias da Albufeira do Azibo, com a perspetiva de determinar se os visitantes das praias da Albufeira do Azibo estão dispostos a pagar pelo uso e não uso deste bem público puro e, em caso afirmativo, qual o valor económico atribuído.

# 1. Revisão de Literatura: A Valorização de Bens Públicos Puros

## 1.1. Falhas de Mercado

A Teoria Económica do bem-estar abordada por Weimer & Vining (2017) define que num contexto de concorrência perfeita não existe a necessidade de intervenção por parte do governo para o alcance da eficiência de Pareto. Esta eficiência económica ou de Pareto ocorre quando não existe nenhuma possibilidade de reafecção de recursos sem que hajam prejuízos no bem-estar de outros indivíduos, isto é, quando não hajam alterações mutualmente benéficas, não sendo possível melhorar o bem estar de um, sem prejudicar o bem estar dos outros (Weimer & Vining, 2017). Em relação a estes pressupostos, Varian (2015) destaca que no modelo competitivo idealizado, há uma alocação de recursos eficientes, isto é, os bens são distribuídos por uma “mão invisível”, de modo que ninguém poderá melhorar ou piorar a situação de ninguém. Ainda que no cenário ideal o modelo competitivo seja o adequado, a realidade é bastante distinta, pois não se enquadra nos pressupostos da idealização, dada a complexidade de sua aplicação prática (Weimer & Vining, 2005). São as violações destes pressupostos que caracterizam as falhas de mercado, ou seja, situações que não levam à ineficiência de Pareto. As falhas de mercado são tidas como circunstâncias em que o excedente social é maior quando ocorrem alocações alternativas que resultam num equilíbrio de mercado (Varian, 2015). Por outras palavras, uma falha de mercado retrata circunstâncias em que o bem-estar não se sustenta, ou seja, não existe um mercado perfeitamente competitivo, em resultado de uma alocação ineficiente dos recursos pelo mercado livre (Resende, 2012).

Neste contexto, é fundamental destacar a visão adotada por Weimer & Vining (2017) e Campos (2009) de que as falhas de mercado são razões que justificam a intervenção económica do Estado, visto que, o fornecimento de bens e a alocação de recursos só pode ser realizada de forma eficiente pelos governos. A teoria do bem-estar defende que as falhas de mercado tornam necessária a regulação de atividades económicas, sendo que o Estado é o responsável por diminuir e até eliminar as ineficiências (Varian, 2015). Tal significa dizer que a intervenção pública assenta no objetivo de maximizar o bem-estar social (Varian, 2015). Para Campos (2009), a regulação económica por parte do Estado tem como propósito a defesa do interesse público e atua contra a diminuição do bem-estar associada às falhas do mercado. Ou, por outras palavras, as intervenções melhoram o funcionamento do mercado. Tradicionalmente, identificamos quatro falhas de mercado que justificam a intervenção económica do Estado, a saber externalidades, monopólios naturais, assimetrias de informação e bens públicos puros (Varian, 2015; Weimer & Vining, 2017).

Sob a ótica de Varian (2015) as externalidades estão frequentemente associadas à má definição dos direitos de propriedade, isto porque existem bens com os quais as pessoas preocupam-se e não estão à venda no mercado. Para uma melhor compreensão do que são as externalidades, podemos imaginar dois vizinhos, em que um tem um belo jardim e outro que aprecia o jardim do primeiro. Neste caso, estamos perante uma situação para a qual não há mercado e o vizinho acreditar que tem o direito de observar o jardim. Todavia, o proprietário do jardim pode decidir que a sua propriedade é privada e não deve ser vista por mais ninguém. Em termos económicos, as externalidades podem ser definidas como os efeitos não planeados resultantes de uma atividade principal, e que afetam de forma positiva ou negativa a capacidade de uso e de produção para indivíduos não envolvidos na atividade principal (Weimer & Vining, 2017).

É importante lembrar que as externalidades podem ser positivas, quando há um benefício proporcionado a terceiros; e negativas, quando há um prejuízo causado a outros (Weimer & Vining, 2017). Num contexto de mercado, um agente responsável por provocar uma externalidade positiva não recebe nenhuma recompensa, do mesmo modo que um agente que produz uma externalidade negativa, não sofre nenhuma punição (Weimer & Vining, 2017). Exemplificando alguns casos de externalidades, as campanhas de vacinação e a educação são frequentemente salientadas como externalidades positivas, visto que promovem benefícios para a sociedade (Varian, 2015; Weimer & Vining, 2017). Em contrapartida, a poluição provocada pela produção fabril ou ainda o fumo provocado por fumadores em locais fechados, são excelentes exemplos de externalidades negativas, visto que, provocam prejuízos generalizados para a população. Em ambos os casos, a intervenção do Estado é justificável, seja como instrumento de punição para os agentes causadores de externalidades negativas, seja como ferramenta de incentivo para a promoção das externalidades positivas (Varian, 2015; Weimer & Vining, 2017).

No que se refere aos monopólios, sabe-se que num contexto de concorrência de mercado, é normal que haja diversas empresas que concorram entre si, todavia, quando o mercado é dominado por uma única empresa, estamos perante um monopólio (Varian, 2015). Os monopólios resultam de fatores que impedem a entrada de outras empresas no mercado, fazendo com que seja dominado por uma única empresa (Weimer & Vining, 2017). Um dos principais fatores responsáveis pela criação dos monopólios é a existência de monopólios naturais, isto é, quando uma indústria consegue por si produzir para todo o mercado com custos mais baixos do que a produção de várias empresas (Varian, 2015; Weimer & Vining, 2017).

Os monopólios naturais costumam ocorrer nos serviços de utilidade pública como, por exemplo, entidades fornecedores de gás ou rede telefónica, isto porque os custos fixos que envolvem a criação e manutenção das estruturas são muito elevados e o custo marginal de oferta muito baixo (Varian, 2015). Em síntese, quando estamos perante a custos fixos elevados e custos marginais baixos, estamos face a uma situação de monopólio natural. A intervenção do governo nesse caso é fundamental, visto que, as indústrias possuem tendência para procurar a maximização dos

lucros e obter vantagens nos preços, ante a isto, os governos tem como função regular a atuação dos monopólios (Weimer & Vining, 2017).

Ainda no contexto das falhas de mercado, é fundamental destacar que num cenário de mercado equilibrado, é ideal que todos os agentes tenham acesso às mesmas informações, visto que, devem estar distribuídas entre todos de forma simétrica (Varian, 2015). Todavia, a realidade é bastante diferente, dado que frequentemente existem assimetrias de informação, consideradas falhas de mercado. Varian (2015) destaca como exemplo muito conhecido o mercado do ramo automóvel, onde é possível encontrar vendedores de carros bons e de carros menos bons, e compradores dispostos a pagar valores mais elevados para carros bons e valores mais baixos para carros em piores condições. Se todos os compradores soubessem quais os carros bons e ruins, não haveria simetria de informações, e, portanto, não haveria falha de mercado (Varian, 2015). Por sua vez, se os compradores não conseguem saber quais os carros bons e quais estavam maus, então estamos perante a falha de assimetria de informações, posto que alguns compradores poderiam ser enganados pelos vendedores (Varian, 2015). A intervenção do governo é importante, nestes casos, posto que a falta de informação poderá fazer com que haja excesso de produção de certos produtos e escassez de produção de outros (Weimer & Vining, 2005).

Por último, e atendendo à importância da temática desta investigação, os bens públicos também são considerados falhas de mercado. A provisão insuficiente dos bens públicos é uma das justificações para que o Estado intervenha na economia (Campos, 2009). Quando a soma da disposição para pagar de todos os indivíduos é maior que o custo de produção dos bens, ocorrem melhorias de pareto, e no contexto dos bens públicos, a insuficiente provisão leva à necessidade de melhorias de pareto (Weimer & Vining, 2017). Considerando o elevado custo do sistema, muitos indivíduos podem ser tentados a atuar como *free-riders*, agindo como se não se importassem com os bens fornecidos. Porém uma vez que o bem seja provido, usufruem de forma gratuita, tornando impossível garantir que o mercado seja capaz de prover de forma eficiente os bens públicos (Resende, 2012). Este cenário é facilmente observado no sistema de iluminação pública, já que se um indivíduo usufrui num dado bairro, os outros não podem ser impedidos de usufruir, mesmo que não paguem (Resende, 2012).

Antes de mais, é fundamental distinguir os bens privados dos bens públicos. Ao contrário do que é frequentemente difundido, os bens e serviços oferecidos pelo governo não são necessariamente bens públicos. No caso dos transportes públicos, por exemplo, os utilizadores são geralmente obrigados a pagar pelo uso, e uma vez que um assento está ocupado, outro passageiro não pode usufruir, o que implica rivalidade no consumo (Local Government Forum, 2008). Outro fator interessante é que os bens públicos não devem necessariamente ser fornecidos pelo Estado, muitos serviços privados oferecem bens públicos, nomeadamente supermercados que possuem estacionamento gratuitos, a internet que possui uma série de serviços “gratuitos” (Local Government Forum, 2008; Rigall-I-Torrent & Fluvià, 2011). Além disto,

muitos bens e serviços não são vistos como económicos, pelo que não há justificação para o seu fornecimento e os seus custos. Estes bens possuem custos muito elevados e não fornecem valor suficiente à comunidade (Local Government Forum, 2008).

Face a isto, é fundamental ressaltar quais são as características dos bens considerados públicos. Autores como Varian (2015) e Weimer & Vining (2005) definem que os bens públicos têm duas características fundamentais que os distinguem dos bens privados: não rivalidade no consumo e não exclusividade no acesso. Imaginemos o caso de um fabricante de bolsas. Sendo as bolsas um bem privado, estas possuem como características a rivalidade no consumo, haja visto que dois indivíduos não podem simultaneamente utilizar o mesmo produto (Resende, 2012). Do mesmo modo, possuem também como característica a exclusividade de acesso, posto que o produtor das bolsas pode impedir que um indivíduo a utilize se este não pagar (Resende, 2012).

No caso do bem público, observamos o cenário oposto, visto que, há não rivalidade no consumo, ou seja, mais de que um indivíduo podem utilizar o bem ao mesmo tempo. O caso da defesa nacional, por exemplo, todos os cidadãos podem desfrutar da segurança, sem reduzir benefícios de outros (Weimer & Vining, 2005). No que se refere à característica da não exclusão no acesso, no caso dos bens públicos, os agentes não podem ser excluídos do consumo por falta de pagamento, posto que os bens não dependem de pagamento para que possam ser utilizados, daí a tendência aos free riders previamente mencionada (Varian, 2015). O quadro 1 demonstra os tipos de bens e suas características mais relevantes.

**Quadro 1: Classificação dos Bens Públicos e Privados**

|                          | <b>Rival</b>   | <b>Não Rival</b>   |
|--------------------------|--|--|
| <b>Exclusividade</b>     | <p><b><i>Bens privados</i></b></p> <p>(Esta modalidade permite que os bens sejam proporcionados de forma individualizada para diferentes agentes, sem que haja benefícios ou custos externos para outros agentes)</p>  | <p><b><i>Bens de clube</i></b></p> <p>(Trata-se de bens ou serviços que possuem como característica a limitação do acesso, todavia o uso por um agente não afeta o bem-estar de outros, são chamados de bens de clube, por se assemelharem ao funcionamento de um)</p>         |
| <b>Não exclusividade</b> | <p><b><i>Bens comuns</i></b></p> <p>(Estes bens possuem caráter não exclusivo, o que significa dizer que uma vez que estejam disponíveis, ficam para todos os usuários em potencial. Todavia, o uso por um agente afeta de forma direta no bem-estar dos outros)</p> | <p><b><i>Bens públicos puros</i></b></p> <p>(Estes bens são caracterizados pela impossibilidade de que indivíduos sejam privados do consumo por quaisquer razões, além disto, pelo fato de que se um agente utiliza o bem ou serviço, o bem-estar de outros não é afetado)</p> |

Fonte: Adaptado de Weimer & Vining (2017)

Considerando o quadro 1, nota-se que os bens públicos quando reúnem as duas características (não rivalidade e não exclusividade) são chamados de bens públicos puros (Resende, 2012). Alguns bens públicos possuem apenas uma das características distintivas, é o caso por exemplo, das estradas, que podem ficar congestionadas com o uso excessivo, de modo que algumas pessoas podem ficar impossibilitadas de usufruir do serviços (Local Government Forum, 2008). Por essa razão, ainda que sejam bens públicos, por serem passíveis de congestionamento, é justificável que seja cobrado um preço o que constitui exclusividade no uso, e, portanto, não sejam bens públicos puros. Por sua vez, o uso da iluminação pública fornecida pelos municípios, por exemplo, não é exclusivo, pois não depende do pagamento dos utentes, nem é rival, pois o uso por um agente não impede o uso por outros agentes (Local Government Forum, 2008).

É importante reconhecer que mesmo os bens públicos puros podem eventualmente ser passíveis de congestionamento, isto porque ainda que um bem possa ser não rival no seu consumo, quando esteja em causa uma baixa procura, em um contexto de procuras elevadas a realidade pode ser alterada (Weimer & Vining, 2005). No caso de uma praia, por exemplo, o Azibo, com uma procura não tão alta de potenciais utilizadores, não há não rivalidade no consumo, visto que, o uso por alguns indivíduos, não impede o uso por outros. Todavia, se a procura de utilizadores for demasiado elevada, em algum momento será inviável que novos indivíduos possam utilizar. Assim sendo, comparando a teoria com a prática Weimer & Vining (2005) salientam que quando o custo social marginal excede o custo privado marginal do consumo, estamos perante um bem congestionado. Em suma, importa ressaltar que alguns bens apenas são não-rivais quando o uso não é tão elevado, quando o número de utilizadores aumenta, os consumidores passam a impor custos uns aos outros (Weimer & Vining, 2005).

O fato de alguns bens públicos serem passíveis de congestionamento implica que são necessárias ferramentas para evitar a ocorrência desses problemas. Uma das soluções aplicadas é a cobrança de taxas de utilização. Para isto é preciso saber quais os valores para a cobrança destas taxas. No entanto, nem todos os bens são passíveis de serem valorados conforme as regras de mercado, razão pela qual é imprescindível conhecer formas de valoração de bens que não possuem valores mercadológicos.

## **1.2. Valoração dos Bens Sem Mercado**

Conforme mencionado, alguns bens não são passíveis de valoração conforme as regras de mercado, isto é, o seu valor económico não pode ser definido com facilidade. Antes de mais, é considerando fundamental compreender o que significa o valor económico, Madureira et al. (2013) atenta que este é representado por uma medida do bem-estar obtido a partir do consumo de um bem ou serviço, podendo variar consoante o nível do consumo. Nesse mesmo contexto insere-se ainda o valor marginal, representado pelo valor económico decorrente do consumo de

uma unidade adicional de certo bem ou serviço. Por norma, este valor é decrescente, pois diminui conforme a quantidade do consumo. Há que ressaltar que o valor económico mede-se com base na disposição para pagar (DAP) ou na disposição para ser compensado (DAC), por uma variação com cariz positivo (Madureira et al., 2013; Oliveira, 2015).

Destaca-se que no caso dos bens e serviços transacionados nos mercados, como os alimentos e matérias-primas, por exemplo, o preço utilizado no mercado é representado pela DAP marginal dos indivíduos, isto é, pela última unidade que foi consumida (Madureira et al., 2013). Todavia, é crucial distinguir preço de valor, ainda que sejam frequentemente utilizados como sinónimos, não são a mesma coisa. Numa comparação básica entre o preço da água e o preço do ouro, por exemplo, ainda que o primeiro seja um bem essencial para sobrevivência, possui um preço muito inferior ao segundo, que é totalmente supérfluo (Madureira et al., 2013). Isto ocorre, pois, o preço corresponde apenas ao valor da última unidade consumida, e ao fato de que o bem-estar proporcionado sucessivas vezes pelo mesmo bem, reduz o seu valor (Madureira et al., 2013).

Em síntese, e conforme atenta o mesmo autor, o valor económico é considerado uma medida de bem-estar que um bem proporciona ao ser consumido, estando vinculada à quantidade consumida, sendo as primeiras unidades mais valiosas do que as últimas. Desse modo, considera-se que a diferença entre preço e valor económico está associada ao excedente do consumidor, ou seja, à disposição do consumidor de pagar por um determinado bem e o que efetivamente paga para obtê-lo (Madureira et al., 2013).

O valor económico apresenta assim uma característica muito importante, a subjetividade. Tal ocorre pelo valor ser expresso através das escolhas de cada indivíduo entre bens e serviços e estados (qualidade ambiental, por exemplo), ou seja, depende das preferências, características e contextos das escolhas (Madureira et al., 2013). Note-se, por exemplo, o valor de uma bolsa comparada à manutenção da qualidade de água de um rio. O primeiro pode ser medido pelos valores de mercado, mas o segundo depende do que o indivíduo esteja disposto a abdicar para obtê-lo (Madureira et al., 2013). Daqui se retira que alguns bens não podem efetivamente ter o seu preço definido com base nos valores de mercado. É o caso, por exemplo, de bens culturais e ambientais. Nestes contextos, a valoração económica é realizada com base num conjunto de métodos denominados “Métodos de valoração económica de bens sem mercado ou bens não mercantis”.

As técnicas de valoração dos bens sem mercado têm em consideração alguns componentes que compõem o valor económico total, nomeadamente o valor de uso direto, valor de uso indireto, valor de opção, valor de legado, valor de altruísmo, ou valor de existência (Madureira et al., 2013). Estes componentes foram desenvolvidos ao longo dos anos, posto que a compreensão das perdas e dos ganhos não estavam suficientemente contempladas apenas nos usos diretos e indiretos. O interesse em manter os bens para as gerações futuras, ou simplesmente de proteger um bem pela sua própria existência, são também elementos relevantes para o valor

económico. Ainda que o bem-estar não seja diretamente proporcionado pelo uso, é proporcionado pela opção de manter a existência (Madureira et al., 2013). Desse modo, a mensuração dos bens sem mercado é definida com base nos valores dos componentes, sendo que em regra a literatura define, segundo Oliveira (2015) que o valor económico total (VET), corresponde à soma do valor de uso (VU) e do valor de não uso (VNU). O quadro 2 apresenta um resumo das componentes do valor e das suas principais características.

**Quadro 2:** Conceito de valor económico total

| <b>Componentes do valor</b> |                       | <b>Descrição</b>  |
|-----------------------------|-----------------------|---|
| <b>Valor de uso</b>         | Valor de uso direto   | Bem-estar resultante do uso direto de algum bem ou serviço (consumo de alimentos, passeio em uma área ambiental protegida)                                    |
|                             | Valor de uso indireto | Bem-estar resultante do uso indireto de algum bem ou serviço (qualidade da água)  |
|                             | Valor de opção        | Bem-estar resultante de assegurar a opção de eventualmente utilizar algum bem ou serviço no futuro (serviços de redução dos riscos de destruição ambiental)   |
| <b>Valor de não uso</b>     | Valor de legado       | Bem-estar resultante da salvaguarda de bens ou serviços para as gerações futuras (preservação de espécies de fauna e flora)                                   |
|                             | Valor de altruísmo    | Bem-estar resultante da salvaguarda de determinado bem ou serviço para uso direto ou indireto de outros indivíduos (redução dos riscos de escassez alimentar) |
|                             | Valor de existência   | Bem-estar resultante da salvaguarda de um serviço por sua própria existência (preservação de uma espécie animal)  |

Fonte: Adaptado de Madureira et al. (2013)

Denota-se da observação do quadro 2 que os valores de uso estão associados às escolhas e possibilidades dos indivíduos de utilizar ou de querer eventualmente utilizar um determinado bem ou serviço. Em contrapartida, os valores de não uso estão fortemente associados com a salvaguarda dos bens ou produtos para que outros possam utilizar, tanto no presente, como no futuro. O que importa saber é que no caso da valoração dos bens sem mercado, tanto o uso, como o não uso, são imprescindíveis nos cálculos.

Conforme mencionado, os componentes de valor descritos no quadro 2 são relevantes para os métodos de valoração económica, que se agrupam em duas categorias: métodos de preferências reveladas e métodos de preferências declaradas (Madureira et al., 2013). O método das preferências reveladas baseia-se nas escolhas reais que os indivíduos fazem num determinado período de tempo (Brandli & Heineck, 2005). As respostas destes métodos são defendidas com frequência, pois acredita-se que refletem as escolhas feitas pelos indivíduos em contextos realísticos. Todavia, apresentam como desvantagem a dificuldade de obter respostas com

facilidade, tornando complexa a obtenção de variáveis suficientes para análise (Brandli & Heineck, 2005). Deste modo, é classificado como um método indireto de obtenção das informações, pois toma por base as decisões que os utilizadores tomam em circunstâncias que vivenciam (Brandli & Heineck, 2005).

Por sua vez, o método das preferências declaradas ou análise de *trade-off*, insere-se nos chamados métodos diretos e baseia-se na criação de situações e cenários hipotéticos para que os indivíduos façam escolhas (Brandli & Heineck, 2005). Os indivíduos são questionados com base num conjunto de opções hipotéticas e podem escolher com base nessas opções, demonstrando as preferências pelos atributos de uma em detrimento de outras (Brandli & Heineck, 2005). Este método permite que os utilizadores demonstrem as suas escolhas em situações de mudança ou, ainda, na possibilidade de trocar as suas escolhas quando surjam alternativas mais convenientes. Apesar disto, a sua natureza hipotética é alvo de graves e frequentes críticas, posto que podem com muita facilidade sair da realidade, com respostas que não representam a escolha que o indivíduo teria caso fosse real (Brandli & Heineck, 2005). O quadro 3 apresenta os métodos de valoração económica dos bens sem mercado, divididos nos métodos de preferências reveladas e declaradas.

**Quadro 3:** Métodos de valoração económica dos bens sem mercado

| Abordagem de valoração                  | Método de Valoração   | Descrição   | Componentes do VET    | Vantagens do método                     | Desvantagens do método                            |
|---|---|---|-----------------------|---|---|
| <b>Método de Preferências reveladas</b> | <b>Método do Custo de viagem</b><br>(Travel cost method)        | Considera a procura de locais de recreio e lazer utilizando o custo da viagem como variável para o custo da visita ao local   | Uso direto e indireto | Baseado na observação de comportamentos | Limitado aos valores de uso ligados ao recreio    |
|   | <b>Modelo de Utilidade Aleatória</b><br>(Random utility models) | Estima o valor de variações na qualidade de locais de recreio (permite obter, em simultâneo, o valor do acesso aos vários locais) e o padrão de substituição entre esses locais | Uso direto e indireto | Baseados em dados de mercado            | Limitado aos valores de uso                       |
|   | <b>Método do Preço hedónico</b><br>(Hedonic price method)       | Estima o preço implícito de um atributo ambiental através de escolhas individuais de bens com mercado que contém esse atributo  | Uso direto e indireto | Baseados em dados de mercado            | Exigentes em dados e de aplicação restrita        |
|   | <b>Comportamento defensivo</b><br>(Averting behaviour)          | Estima o valor de um bem ou serviço ambiental observando os custos individuais suportados para evitar a sua perda   | Uso direto e indireto | Baseado em observação de comportamentos | Apenas para bens com mercado e aplicação restrita |

|  |  |  |                                       |                                   |   |
|--|--|--|---------------------------------------|-----------------------------------|---|
| <b>Método de Preferências declaradas</b> | <b>Valoração contingente</b><br>(Contingent valuation) | Consiste na construção de mercados hipotéticos através de um questionário em que os indivíduos exprimem a DAP por uma variação no nível de provisão de um serviço  | Todos os valores de uso e uso passivo | Todos os valores e mede variações | Assenta em um cenário hipotético e sua aplicação é cara |
|  | <b>Experiências de escolha</b><br>(Choice Modelling)   | Construção de mercados hipotéticos através de um inquérito em que os indivíduos podem escolher a sua opção preferida de entre um conjunto de duas ou mais opções de escolha, definidas por um conjunto de atributos onde o preço está incluído | Todos os valores de uso e uso passivo | Todos os valores e mede variações | Assenta em um cenário hipotético e sua aplicação é cara |

Fonte: Adaptado de Madureira et al., 2013

No método das preferências reveladas, e considerando todos os métodos (custo de viagem, modelo de Utilidade Aleatória e Preço hedónico), o método do preço hedónico é mais frequentemente utilizado, graças ao fato de se basear em preços do mercado, o que torna mais simples sua aplicação. Todavia, quando estão em causa bens de natureza ambiental, por exemplo, este método não preenche todas as necessidades, tornando necessária a utilização de outras ferramentas. Desse modo, e considerando as opções dos métodos de preferências declaradas, assume especial relevância para a temática o método de avaliação contingente, o qual será fortemente observado a seguir.

### 1.3. Método de Avaliação Contingente

O método da avaliação contingente ou Contingent valuation (CVM) foi utilizado pela primeira vez em 1947 por Ciriacy e Wantrup para avaliar os efeitos colaterais da erosão do solo (Adamu et al., 2015). Em termos genéricos, o CVM baseia-se nos conceitos de disposição para pagar (DPA) e disposição para aceitar (DCA), referidos anteriormente, e é amplamente utilizado para medir valores dos bens sem mercado (Adamu et al., 2015; Faria & Nogueira, 1992; Marzetti Dall'Aste Brandolini & Disegna, 2015; Pedroso & Biu Kung'u, 2019; Peng, 2018). Um fator relevante acerca deste método, é que se enquadra nas preferências declaradas, isto é, baseia-se na elaboração direta de valores definidos por indivíduos, com base em cenários hipotéticos e específicos de avaliação (Pedroso & Biu Kung'u, 2019). O método não se restringe às preferências reveladas dos indivíduos, pois levam em consideração a declaração de suas preferências em contextos hipotéticos.

A este respeito, Groot et al. (2002), Freeman III et al. (2014) e Haab e McConnell (2002), destacam que no método da avaliação contingente está em causa a criação de cenários hipotéticos que descrevem alternativas a serem respondidas em questionários de pesquisa social. É possível, por exemplo, identificar a vontade de um utilizador pagar pelo uso de uma determinada praia fluvial, pedindo aos indivíduos que expressem a sua disposição para pagar, ou não pagar, pelo aumento da qualidade da água para atividades de lazer – contrapondo-se aos modelos das preferências reveladas (Groot et al., 2002). Na perspetiva de Peng (2018), o CMV é um método útil para estudar as preferências reais, em cenários hipotéticos, de modo que a vontade de pagar pelo uso de determinado bem é investigada de forma direta. Assim, além da captação de informações dos utilizadores, é possível observar o potencial de mercado e a perceção dos indivíduos acerca do bem em causa (Marzetti, Dall'Aste, Brandolini & Disegna, 2015; Oliveira, 2015).

O ponto chave do CMV é prever que as pessoas possuem diferentes gostos e níveis de preferências, o que é demonstrado pelo pagamento de quantias específicas para cada tipo de bem (Faria & Nogueira, 1992). Por outras palavras, quando um indivíduo adquire determinado bem, tal demonstra a sua disposição para pagar, e é precisamente essa disposição que é objeto de avaliação do CMV, cuja operacionalização decorre de questionários (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). Um fator a ser destacado é que o mercado hipotético criado nos questionários deve ser o mais real possível, devendo obedecer a três elementos indispensáveis: i) uma pesquisa e descrição detalhadas dos bens e serviços disponíveis para os entrevistados; ii) é fundamental que sejam realizadas questões que vão revelar a disposição para pagar pelo bem ou serviço; e iii) é preciso investigar as variáveis socioeconómicas e informações que possam afetar a perceção dos indivíduos na sua disposição para pagar (Faria & Nogueira, 1992).

Os questionários do método da avaliação contingente possuem estruturas diversas, posto que podem ser compostos por perguntas abertas (*open-ended*), *bidding game*, modelo de referendo, modelo de referendo com repetição (*follow-up*), contingente classificatório (*ranking*), atividade contingente, cartão de pagamento e vários outros (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). No caso das perguntas abertas, a resposta do entrevistado representa o valor monetário, ou seja, a sua disposição para pagar máxima. É uma técnica muito direta, que envolve questões como “Qual o valor máximo que está disposto a pagar por utilizar um serviço?”. Trata-se de uma técnica bastante simples que visa obter a disposição para pagar de forma direta, e o valor obtido não precisa de ser interpretado. Todavia existe uma crítica a esta técnica que pode obter um elevado número de respostas nulas ou com teor de protesto, visto que, os entrevistados não possuem referências de valores, que podem ser superestimados ou supervalorizados (Vieira & Barbosa, 2012).

Por sua vez, os *bidding games* ou jogos de leilão são uma técnica que simula um leilão, no qual são apresentados aos entrevistados diversos valores a partir de um valor médio (Vieira & Barbosa, 2012). Imaginemos que é apresentada a um turista a possibilidade de pagar dois euros

pelo uso de uma piscina pública, a partir deste valor, serão definidos os demais, aumentando, se ele demonstrar disposição para pagar mais, ou diminuindo caso tenha considerado que o valor é muito elevado (Vieira & Barbosa, 2012). Trata-se de uma técnica vantajosa pois salvaguarda a chance de medir o excedente do consumidor, pois o processo dos lances apreende o maior preço que os indivíduos estão dispostos para pagar (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). Apesar de ser uma estratégia positiva, essa técnica implica a possibilidade de criação de viés, visto que, podem ser colocados valores muito elevados no início, superestimando o real valor do bem. Além disto, com o tempo as respostas podem ficar cansativas, perdendo a qualidade com o tempo (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012).

A técnica do cartão de pagamento é não-iterativa e também tem como intuito a obtenção da disposição para pagar dos indivíduos. Neste caso, são apresentados diversos valores transcritos em um cartão, o entrevistado seleciona qual o valor que está disposto a pagar pelo bem ou pelo serviço em causa (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). É uma técnica que se contrapõe ao leilão, pois visa combater o viés decorrente do ponto de partida. Nesse caso, é benéfico pois permite a análise estatística mais simplificada dos dados, pois é calculada uma média da amostra com base na população total (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012).

O *referendum*, por sua vez, é realizado com base na criação de um conjunto de valores possíveis e o entrevistador seleciona algum de forma aleatória e pergunta ao entrevistado se estaria disposto a pagar pelo bem ou serviço (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). Caso este concorde, a conclusão que aquele valor corresponde à máxima disposição do indivíduo a pagar pelo bem, se discordar, a conclusão é que a máxima disposição de pagar é inferior ao valor apresentado (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). Esta técnica proporciona maior aproximação com a realidade, pois em regra os indivíduos adquirem produtos de acordo com as suas preferências (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012). Por outro lado, existe um problema quando os indivíduos discordam com frequência dos valores definidos, pois cria-se a exigência de amostras maiores quando comparados aos outros formatos (Faria & Nogueira, 1992; Vieira & Barbosa, 2012).

Em suma, todas as técnicas utilizadas no método da avaliação contingente apresentam pontos positivos e negativos em menor ou maior grau, dependendo das perguntas realizadas e das respostas obtidas. Por esta razão, é considerada uma ferramenta com elevado grau de eficiência para valorar os bens sem mercado e obter valores económicos para tais. Face a isto, importa agora observar como o CMV pode ser utilizado no contexto de avaliações económicas do meio ambiente e dos ecossistemas, de modo que seja possível comprovar a sua eficiência no caso da valoração económica de utilização das praias da Albufeira do Azibo.

## **1.4. CMV no Turismo: O Custo do Meio Ambiente e do Turismo**

O turismo em áreas naturais ou o ecoturismo apresenta uma tendência de crescimento, visto que, os ecossistemas naturais têm chamado muita atenção graças à sua capacidade de promover relaxamento, descanso, aventura e recreação (Groot et al., 2002). Em virtude das vastas qualidades e possibilidades de atividades no turismo de natureza, o número de pessoas a utilizar estes ambientes como destino de férias é cada vez maior, o que de certo modo é positivo, pode ser todavia muito prejudicial ao meio ambiente (Groot et al., 2002). Ainda que a premissa base do ecoturismo seja a utilização responsável dos ambientes, é inevitável que as áreas mais visitadas sejam também as mais afetadas pela ação humana, este não é um fenómeno recente, pois a degradação ambiental ocorre desde que o homem descobriu a sua capacidade de dominação (Adamu et al., 2015; Oliveira, 2015). Diante deste cenário, é natural a busca por estratégias que evitem o colapso completo da natureza e de mecanismos que impeçam que os ecossistemas sejam destruídos.

Apesar disto, o baixo percentual de investimento na manutenção dos espaços de ecoturismo é um problema persistente, visto que, a alocação de recursos públicos é ineficiente em diversos locais (Adamu et al., 2015). O aumento exacerbado de turistas em oposição ao pouco desenvolvimento e inadequação dos espaços, faz com que os impactos ambientais assumam proporções alarmantes, incluindo congestionamento (elevado percentual de utilizadores), excesso de lixo e poluição e perturbação da vida selvagem (Adamu et al., 2015). O paradigma do desenvolvimento sustentável, considerando esse contexto de tragédia iminente, prevê que o turismo de natureza deve ser realizado de forma a minimizar os impactos, através do uso de mecanismos de prevenção à poluição e uso eficiente dos recursos naturais (Oliveira, 2015).

Tomemos como exemplo o caso das praias, que representam um dos componentes mais relevantes do turismo costeiro e são também cenários de turismo ambiental. É possível observar casos muito frequentes de degradação e desgaste decorrentes do excesso de turistas que ignoram a importância da preservação dos ecossistemas (Liu et al., 2019). Nesse sentido, é imprescindível que os turistas sejam de algum modo responsabilizados pela proteção e manutenção dos espaços, o que pode ocorrer através de taxas de entradas, taxas de utilização dos recursos e até pagamentos por serviços ecológicos (Adamu et al., 2015).

Para tal, é vital a existência de instrumentos que apoiem o desenvolvimento sustentável, de entre os quais, a valoração económica desses recursos, que são frequentemente deixados de lado (Adamu et al., 2015; Oliveira, 2015). A valoração económica dos recursos naturais pauta-se num dos objetivos do ecoturismo, e depende de uma profunda compreensão dos valores dos bens e serviços ambientais, que devem ser medidos em termos monetários, consoante os bens frequentemente comercializados no mercado (Adamu et al., 2015). Por outros termos, é preciso

verificar se os turistas estão dispostos a pagar pela sustentabilidade e manutenção dos destinos de ecoturismo (Araújo et al., 2022).

Determinar o valor económico de um recurso ambiental consubstancia-se na estimativa de seu valor monetário face aos outros bens e serviços que estejam disponíveis, ou seja, consiste na ideia de determinar se o bem estará melhor ou pior consoante as mudanças de qualidade e quantidade (Liu et al., 2019; Oliveira, 2015). Por outra perspetiva, a valoração ambiental tem como intuito avaliar o grau de preferência das pessoas por um recurso, bem ou serviço ambiental quando observadas alterações na quantidade ou na qualidade, não necessariamente o valor do recurso, estimando-se que valores seriam necessários para prevenir ou recuperar danos ou prejuízos associados aos respetivos bens e serviços (Oliveira, 2015).

A avaliação económica assume assim vital importância para os formuladores de políticas públicas, pois torna clara a contribuição de diferentes bens ou serviços do ecossistema, de forma direta ou indireta (Ring et al., 2010). Além disto, pode também ajudar na perceção de benefícios ou prejuízos futuros associados ao uso dos recursos ambientais, ao invés de apenas os custos do presente. Ao contrário do que possa presumir, o objetivo da avaliação económica não assenta no estabelecimento de um preço para o meio ambiente, ou nos bens e serviços dele resultantes, mas sim de expressar os efeitos de mudanças marginais na provisão de serviços ambientais, compensados por outras coisas que são mais valorizadas pelos indivíduos (Ring et al., 2010). Isto ocorre, pois, uma das razões principais dos problemas ecossistémicos é a valorização incorreta dos bens e serviços ambientais nas tomadas de decisões económicas (Ring et al., 2010).

De entre todos os métodos previamente elencados de valoração de bens sem mercado, no caso dos recursos naturais, destaca-se o Método da Valoração Contingente, dada a sua capacidade de observar todos os tipos de valores assimilados (valores de uso e de não uso) (Adamu et al., 2015; Oliveira, 2015; Pedroso & Biu Kung'u, 2019). No caso dos valores de uso, a sua identificação é mais fácil de evidenciar e, por consequência, os utilizadores possuem maior disposição para eventualmente pagar taxas, pois advém da sua utilização direta ou indireta de atividades, bens ou serviços ambientais (Liu et al., 2019; Oliveira, 2015). No caso dos valores de não uso, há uma tendência ao esquecimento, pois conforme referido previamente, estão mais associados à existência, permanência e manutenção futura dos bens ou serviços para as próximas gerações, isto é, dependem de um certo grau de altruísmo dos utilizadores (Liu et al., 2019; Oliveira, 2015).

Ainda que através deste método não seja possível obter todas as respostas fundamentais para a monitorização ambiental, é um fato que através dos cenários hipotéticos criados para os indivíduos, é possível obter informações muito relevantes sobre os valores dos bens não mercantis (Adamu et al., 2015). O método desempenha um papel fundamental no cenário das políticas públicas ambientais, e é frequentemente aplicado em áreas protegidas, serviços

ambientais, espécies ameaçadas e, principalmente, na conservação da biodiversidade. Além disso, ao longo dos últimos anos, também tem sido aplicado para analisar a qualidade das águas, sistemas de energia, conservação do meio ambiente e, principalmente, do ecoturismo (Adamu et al., 2015).

Ainda que o método da valoração contingente não seja perfeito e possa apresentar falhas, no contexto da valoração dos bens ambientais mostra-se bastante eficiente, visto que boa parte destes bens são incomensuráveis por outros meios (Fisher et al., 2009). Não é possível avaliar o valor monetário de uma floresta em área protegida pelos preços de mercado do fornecimento da madeira, por exemplo, pois apresentam níveis de utilidade e bem-estar totalmente distintos (Fisher et al., 2009). Nesse sentido, e considerando o cenário de degradação ambiental, é justificável a possibilidade de que os turistas sejam responsáveis pela manutenção de pelo menos parte do ambiente que frequentam, o que só é possível através da aplicação de taxas, cuja definição do valor depende do Método de Valoração Contingente (Adamu et al., 2015). Face ao exposto, acredita-se ser pertinente que seja este o método aplicado ao presente estudo, sendo igualmente importante caracterizar em primeiro lugar as praias da Albufeira do Azibo.

## **2. Contexto de Análise: A Valorização das Praias da Albufeira do Azibo**

O presente estudo desenvolve-se na área Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA), localizada a aproximadamente dois quilómetros da Cidade de Macedo de Cavaleiros e a 30 quilómetros da cidade de Bragança. Esta paisagem protegida foi criada em 1999 e constitui um local de grande importância tanto a nível regional quanto nacional (Azibo, n.d.). O melhor acesso para se chegar às praias da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo é feito através da A4 e/ou pelo IP2. Situada no concelho de Macedo de Cavaleiros, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo revela-se um símbolo da região.

A barragem presente no local foi construída nos anos 70/80 do século passado. O objetivo da construção foi abastecer de água os campos agrícolas da região, algo que ainda beneficiou as populações de diferentes formas. Por via da construção da barragem houve uma grande capacidade de armazenamento de água que permitiu a criação de um ecossistema propício à existência de diversas espécies de aves migratórias. Esta realidade levou a que muitos ornitólogos e amantes da Natureza visitassem o espaço ao longo de todo o ano. A construção da maior barragem da Europa em terra revelou-se bastante preciosa para a região, tendo mesmo sido considerada uma das 7 maravilhas de Portugal. A descoberta da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, integrada na Rede Natura 2000, revela-se uma experiência de beleza singular. É possível praticar diversos desportos náuticos na Albufeira do Azibo, nomeadamente: natação, remo, vela, windsurf e canoagem. Nesta área protegida, é ainda possível recorrer a trilhos para realizar passeios pedestres e de bicicleta todo-o-terreno.

Na Albufeira do Azibo, encontram-se disponíveis duas praias fluviais, a praia da Fraga da Pegada e a praia da Ribeira. Durante a época Balnear, o sucesso turístico está nas suas duas belas praias fluviais. Estas praias atraem anualmente centenas de milhares de pessoas, encontram-se vigiadas e com bandeira azul, dispõem também de bons acessos para pessoas com mobilidade reduzida. Nestas praias, encontram-se instalados serviços e atividades para todos os gostos. Por isso, turistas e visitantes provenientes de diversas regiões procuram estas praias para estenderem a toalha, darem um mergulho e contemplarem a paisagem. A Albufeira do Azibo recebeu recentemente o “Prémio Cinco Estrelas Regiões” em 2020 e 2021, salientando-se a comunicação revelada do senhor presidente da Câmara municipal local, na edição canal.tv de 03 de maio 2021: “É com grande orgulho que recebemos estas distinções e que, no fundo, validam todo o trabalho que tem vindo a ser feito no Azibo, colocando-o cada vez mais como um destino de férias dos portugueses, e não só”, refere o presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Benjamim Rodrigues.

Refere ainda que “em 2020 o Azibo, assim como toda a região do Nordeste Transmontano, foi muito procurado pelos portugueses, que aqui encontraram um local mais calmo, seguro e agradável para passar uns dias de férias”.

O autarca está confiante para o próximo verão, graças às restrições que vão continuar a existir para se poder viajar, “é expectável que os portugueses continuem a apostar em territórios nacionais para descansar”. A atribuição do referido “Prémio Cinco Estrelas Regiões” manifesta-se por ser um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação que produtos, serviços e marcas de origem portuguesa conferem aos seus utilizadores, tendo como critério de avaliação as cinco principais variáveis que influenciam a decisão de compra dos consumidores: experimentação, relação preço-qualidade, intenção de compra ou recomendação, confiança na marca e inovação. Como é referido na edição do jornal Público de 15 de junho de 2022, que a seguir se reproduz, por se considerar que é bem representativa da situação atual, e que de certa forma atualiza dados e fatos recentes que representam o sucesso e descrevem a evolução das praias do Azibo face aos investimentos dos últimos anos.

As praias fluviais do Azibo estão maiores e com mais esplanadas. Conforme a notícia do jornal público, (<https://www.publico.pt/2022/06/15/fugas/noticia/praias-fluviais-azibo-estao-maiores-esplanadas-2010111>), a época balnear das praias fluviais do Azibo, no município de Macedo de Cavaleiros, vai se apresentar “sem as restrições da pandemia e com mais areal e oferta turística.

Esta quinta-feira, feriado nacional, arranca a época balnear nas praias fluviais da Ribeira e da Fraga da Pegada (eleita “praia fluvial do ano” em 2019), no Azibo, Macedo de Cavaleiros, um dos principais locais de veraneio do distrito de Bragança. Situadas no centro do Nordeste Transmontano, os areais voltam a ostentar Bandeira Azul e a serem acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, mas o Verão também traz novidades.

Depois de dois anos de restrições devido à pandemia, as praias do Azibo não vão ter condicionantes à lotação, garantiu o presidente da autarquia, Benjamim Rodrigues, em declarações à agência Lusa, ainda que se mantenham as preocupações de segurança, asseguradas com o alargamento dos espaços. Essa é, precisamente, a grande novidade da época: “A alteração maior é o alargamento do espaço de areal. Só por aí temos logo uma capacidade maior para espaçar as pessoas, para não estarem tão em cima umas das outras”, assegura. Na praia da Ribeira, por exemplo, a primeira para quem chega ao Azibo, o areal foi aumentado “em cerca de 30%”. Inseridas na Paisagem Protegida do Azibo, no município de Macedo de Cavaleiros, as praias fluviais têm registado muita afluência e, nos últimos dois anos, devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19, houve mesmo quem não tenha conseguido aceder ao local, inclusive autocarros de excursões, relembra a Lusa. Além da expansão dos areais, o Azibo regista também um aumento de operadores turísticos, com dois novos espaços de esplanadas, a juntar a outras diversões existentes como campos de jogos, ou passeios de barco, a pé ou de bicicleta em percursos sinalizados.

As duas praias fluviais têm nadadores-salvadores e vigilância permanente, a partir de quinta-feira e até 11 de Setembro, assim como equipas de manutenção, e foi na contratação destas últimas que o município encontrou algumas contingências. Apesar de deixar de existir condicionamento à entrada de pessoas, o Azibo mantém limitações ao acesso de viaturas, devido à sobrecarga do trânsito automóvel, numa zona que, além de turística, é também um espaço de conservação da natureza. No entanto, Benjamim Rodrigues acredita que neste Verão a afluência vai continuar a aumentar. “As pessoas estão ávidas de se libertarem e, apesar de tudo, a pandemia já se tornou um sítio comum e as pessoas lidam de uma forma diferente. Continua a haver cuidados, é certo, mas eu acredito que este ano vamos ter mais afluência.”

A situação de exceção causada pela pandemia levou a que no último ano o município não fizesse a habitual monitorização do acesso, que irá ser retomada neste Verão através de “drone”, com a contagem das viaturas parqueadas. “A última vez que foi monitorizado tínhamos entre 320 e 340 mil visitantes”, salienta. Aqueles que escolherem este destino continuarão a ter informação disponível na App Info-Praia sobre as condições no local, assegura ainda o município.

Assim, podemos dizer que as praias da albufeira do Azibo sofreram ao longo dos anos um forte incremento em termos de investimento direto da autarquia local, para proporcionar melhor qualidade de usufruto para turistas e visitantes.

Desde a instalação da albufeira do Azibo no final da década de 70 até aos anos oitenta, a albufeira apenas dispunha de um cais fluvial, que servia de ancoradouro para travessia de barco de uma margem para outra, servindo de ligação para a população local poder aceder a propriedades agrícolas na margem adjacente á que moravam.

Mais tarde, com a criação da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo por Decreto Regulamentar 13/99, de 3 de Agosto, foi possível estabelecer um Plano de Ordenamento da albufeira do Azibo, bem como um Plano de o Ordenamento da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.

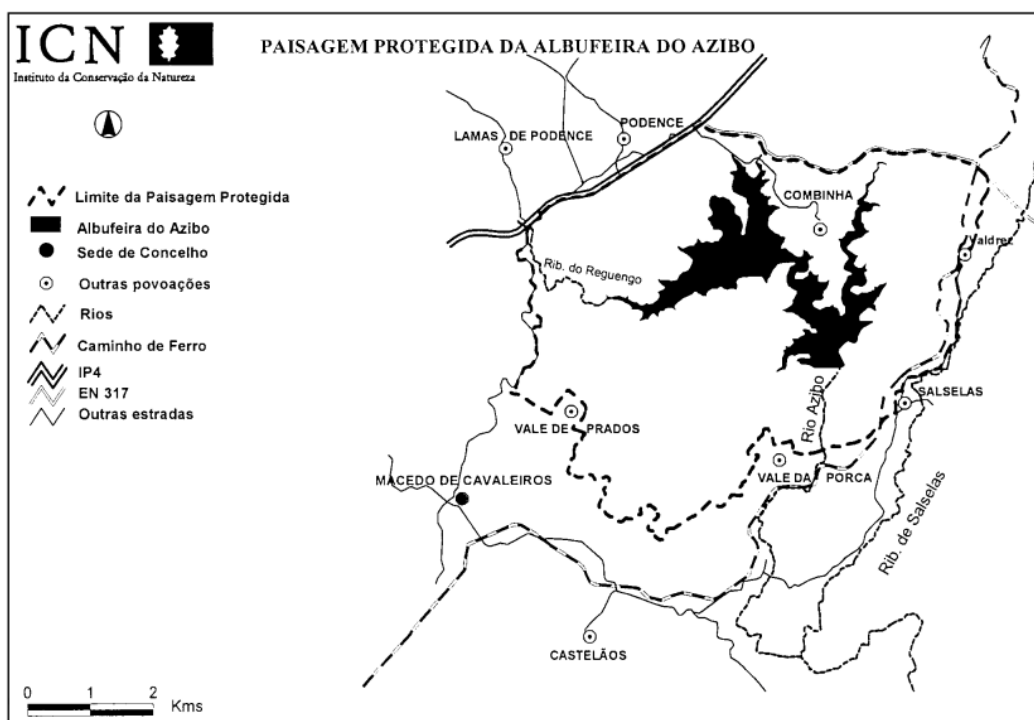
Assim, durante os anos 90 e parte da primeira década de 2000, a Albufeira do Azibo, acolheu diversos investimentos que permitiram infraestruturar uma aérea diversa, a saber: criação de percursos pedestres de observação de aves, trilhos, ancoradouros, cais fluvial, parque de merendas, criação da praia artificial da praia da fraga da pegada. Mais tarde, a partir de 2005, foi desenvolvida uma nova fase de investimentos que procuraram apetrechar o Azibo com novas valências, passando a dispor de um novo edifício panorâmico desempenhando as funções de restaurante, um edifício para apoio as atividades náuticas e escola naval, bem como a edificação de um polidesportivo. Com isto iniciou-se uma nova fase a partir de 2006/2007, com a criação da praia da Ribeira, esta fase de expansão, permitiu um novo incremento de equipamentos, a saber, edifício de Bar esplanada, dispondo de casas de banho publicas para visitantes e para funcionários da autarquia, casas de banho para pessoas com deficiência, sala de primeiros socorros, parque de estacionamento, campo de vólei, parques de diversões, expansão do areal

desenvolvendo e consolidando uma área de areal extenso na praia da Ribeira, bem como uma zona extensa de enrelvamento e dispendo de sombras pelo efeito do arvoredado colocado. Esta expansão permitiu a disponibilização para o mercado de concessões desenvolvido pela autarquia de novas zonas concessionadas constituídas por apoios de praia exclusivos, como sejam: espreguiçadeiras e chapéus de sol, parque aquático, barcos de recreio, plataforma aquática de mergulho, entre outros.

Nos últimos anos, a autarquia local tem vindo a incrementar um forte investimento na albufeira do Azibo, com características que constituam uma boa resposta para a forte afluência de turistas, como seja a criação de novos parques de estacionamento, eletrificação de ruas, reforço da rede de esgotos e infraestruturas de redes (água, esgotos, fibra ótica, eletrificação de diversas zonas), reformulação de equipamentos de apoios, criação de mais bares a áreas concessionadas, novas unidades de higiene e limpeza, novos espaços de apoio a primeiros socorros, novas áreas de lazer, parque infantil, aumento do areal das praias, novos dispositivos Wi-Fi, criação de novos campos de jogos quer de futebol de praia, quer de ténis, instalação de parques de ginástica de manutenção para os mais idosos, aumento da área de estacionamento, colocação de mais contentores de lixo e novas zonas de equipamentos urbanos. Também as praias foram objeto de requalificação, dispendo de equipamentos que permitem o acesso e usufruto das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Atualmente, as praias da albufeira do Azibo, dispõem de características públicas de lazer únicas e exclusivas quer no Nordeste Transmontano, que comparativamente com outros destinos concorrenciais. Quer seja pela qualidade da água, quer seja pelos equipamentos disponíveis, ou mesmo pela segurança de pessoas e bens, como seja a disponibilidade de nadadores-salvadores, ou policias a cavalo ou de bicicleta, garantem um ambiente seguro e confortável para visitantes e turistas.

**Figura 1:** Caracterização da Paisagem Protegida da albufeira do Azibo



Fonte: <https://files.dre.pt/1s/1999/08/179b00/50255029.pdf>, 22.10.2022

A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA) (figura 1), fica localizada na sua quase totalidade, no concelho de Macedo de Cavaleiros, abrange as freguesias de Vale da Porca, Santa Combina, Podence, Salselas, Vale de Prados e ainda a freguesia de Quintela de Lapaças do concelho de Bragança. A albufeira do Azibo, é formada por três linhas de água - o rio Azibo (13 Km), e as ribeiras do Azibeiro (7,3 Km) e do Reguengo (7,8 Km) - faz parte da bacia hidrográfica do rio Sabor e este, por sua vez, da do rio Douro.

A PPAA, (figura 2), é em parte incluída no Sítio "Morais" da Rede Natura 2000, constitui uma interessante mescla de flora mediterrânica e atlântica. Assim, a par do carvalho-cerquinho *Quercus faginea* e castanheiros *Castanea sativa*, que coabitam com áreas de lameiro, surge a oliveira *Olea europaea*, a vinha e o sobreiro *Quercus suber*, num mosaico valorizado por vegetação mais rasteira e rara em que se destaca dezena e meia de espécies de orquídeas espontâneas.

**Figura 2:** Caracterização da PPAA, na rede natura 2000

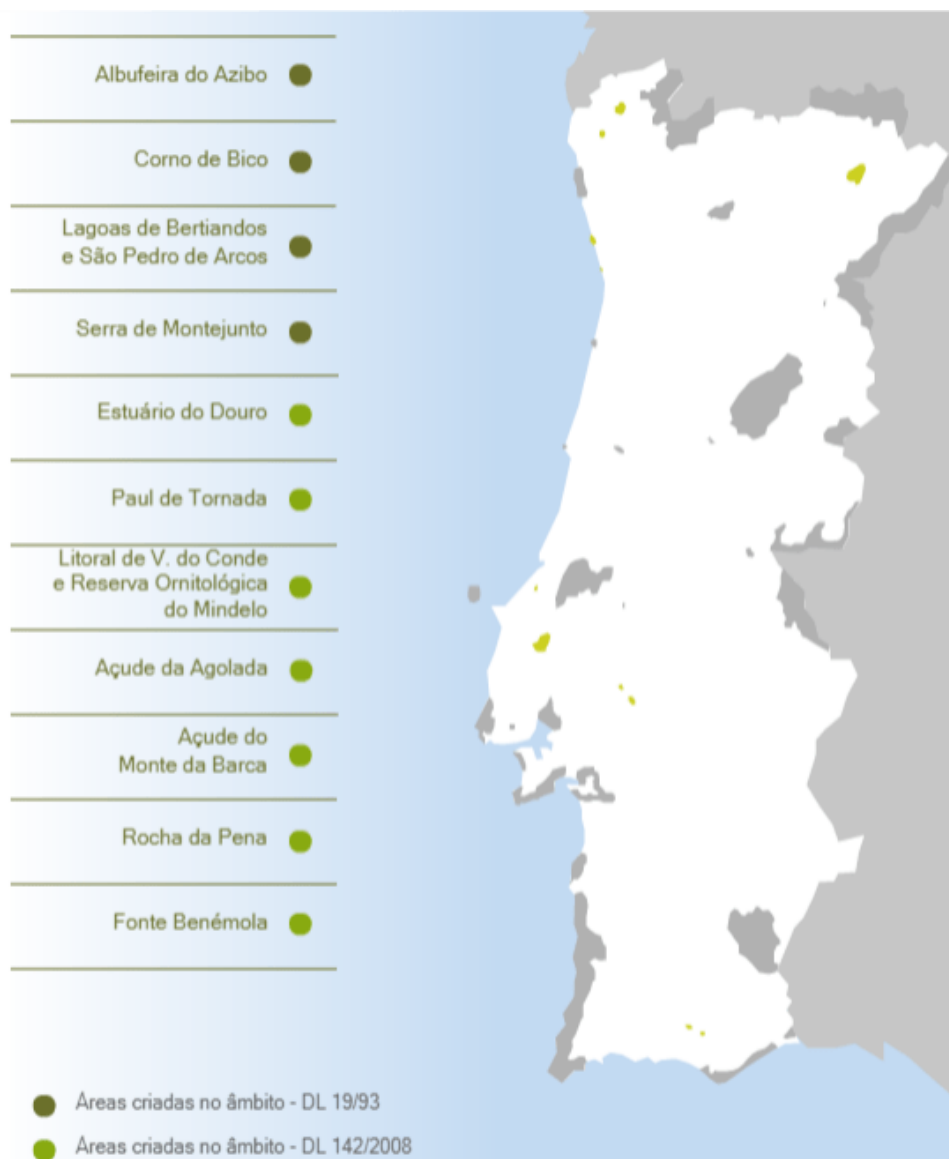


Fonte: <https://observador.pt/2015/08/07/mapas-interativos-para-ajudar-professores-e-educadores/>, 23.10.2022

A construção da barragem – teve por objetivo a constituição de um canal de regadio agrícola, composto por 5.000<sup>ha</sup> no vale de Macedo de Cavaleiros, bem como o abastecimento de água à população, apresentado a albufeira do Azibo uma extensão ocupada pelo leito da barragem de 410<sup>ha</sup>. O início da construção da barragem data do final dos anos 70, do séc. XX. Entretanto, esta massa de água possibilitou a presença de várias espécies de aves que fizeram, deste local, zona de nidificação e de refúgio, nomeadamente o mergulhão-de-crista *Podiceps cristatus*, ex-libris, o que possibilitou a criação da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.

As praias do Azibo, (figura 3), constituem um espaço facilmente acessível, a partir da cidade pode aceder às Praias da Albufeira do Azibo, pelo lado Norte da PPAA, pela EN15/A4 e ao lado nascente pela EN216, seguindo depois pela EN564 e pela EN564-i em direção a Vale da Porca. A Albufeira do Azibo é objeto de visitação, nomeadamente de alunos das escolas circundantes, sobretudo centrada na observa o da flora e da avifauna. Os trilhos pedestres estão sinalizados e há locais especialmente localizados para melhor observa o e desfrute da paisagem. As praias fluviais fazem da Albufeira do Azibo um destino de verão muito procurado, considerando que a Praia da Ribeira, é uma das *7 Maravilhas – Praias de Portugal*, e única a norte do rio Tejo. Com um grande relvado multiusos e uma panorâmica global do sítio, dela partem várias hipóteses de percursos pedestres.

**Figura 3:** Rede Regional de Paisagem Protegidas



Fonte: <https://ecomuseus.wordpress.com/processos-museologicos-participativos-em-portugal/parques-naturais-em-portugal/>, 22.10.2022

A praia da Ribeira (figura 4), é uma praia adaptada a pessoas com mobilidade reduzida e dispõe de vários recursos complementares tais como campos de jogos, jardim infantil, bar, aluguer de gaiotas, bicicletas, veículos a pedal e trotinetes elétricas. Água com temperatura normalmente acima dos 22°C à superfície. Estacionamento para automóveis. Funcionam todas as redes telefónicas e rede wi-fi gratuita. Um local excelente para dias de sol durante todo o ano.

**Figura 4:** Praia da Ribeira



Fonte: <https://www.tveuropa.pt/noticias/praias-da-albufeira-do-azibo-distinguidas-com-qualidade-de-ouro-2021/> (26.03.2022)

Ressalta ainda que a praia da Ribeira (figura 5), dispõe de vários equipamentos de apoio, como sejam: i) serviço de assistência a banhistas (Nadadores-salvadores) durante a época balnear, todos os dias das 10H00 às 19H00; ii) serviço de apoio e informação ao utente (Vigilantes do Azibo) durante a época balnear, todos os dias das 9H00 às 20H00; iii) posto de socorro e serviço de socorrista durante a época balnear, todos os dias das 10H00 às 19H00; iv) extensão de frente de praia de 260 metros (200 metros vigiada); v) zona de banhos devidamente sinalizada; vi) zona de aluguer chapéus-de-sol; vii) zona de aluguer de bicicletas e veículos a pedal; e viii) zona de insufláveis. Tem sido o cenário de programas de televisão e um dos locais preferidos para muitas caras conhecidas desfrutarem de um dia de Verão.

**Figura 5: Praia da Ribeira**



Fonte: <https://radioregional.pt/albufeira-do-azibo-distinguida-com-premio-cinco-estrelas/> , 18.08.2022

Sem dúvida que a Praia da Ribeira (figura 6) é a praia fluvial que oferece excelentes condições para disfrutar a natureza, com toda a segurança e tranquilidade, dispõe de vários equipamentos de apoio: Bar Restaurante, WC, Posto de Vigilância com nadador-salvador, equipamento\Edifício Escola de Desportos Náuticos (canoagem vela), parques desportivos de ténis, campo de futebol de praia, tabelas de basquete, mini campo de futebol de 5, centro de receção ao turista, equipamento de Posto de Primeiros Socorros.

**Figura 6:** Caraterização da Praia da Ribeira



Fonte: <https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/515>, 18.08.2022

Conforme abordado em <https://bandeiraazul.abae.pt/local-galardoado/fraga-da-pegada/>, 22.10.2022, desde 2004 que tem sido galardoada com a Bandeira Azul consecutivamente, o que é um caso único entre as praias fluviais europeias. É reconhecida como Praia Acessível para pessoas com mobilidade reduzida. Tem parque infantil e possibilidade de aluguer de canoas, gaiotas e de ter lições de canoagem. A areia é fina e tem calhaus rolados na margem para mais agradável contacto com o fundo. Água normalmente acima dos 24°C à superfície. Há um grande relvado para ser usado como solário. Estacionamento de automóveis junto à praia. Funcionam todas as redes telefónicas. É um local muito concorrido sobretudo nos fins-de-semana de Julho

e Agosto. Muito bonito para se passear nos restantes meses do ano. Tem dois bares de apoio, um deles aberto todo o ano.

Como evidencia as figuras 7 e 8, na envolvente é também possível disfrutar da prática de várias atividades como seja escalada, orientação, passeios pedestres, ou simplesmente observar a riqueza da vegetação envolvente, a flora e a fauna com destaque para as diversas espécies de aves.

**Figura 7:** Praia da Fraga da Pegada



Fonte: <https://www.azibo.pt/praias>, 12.03.2022

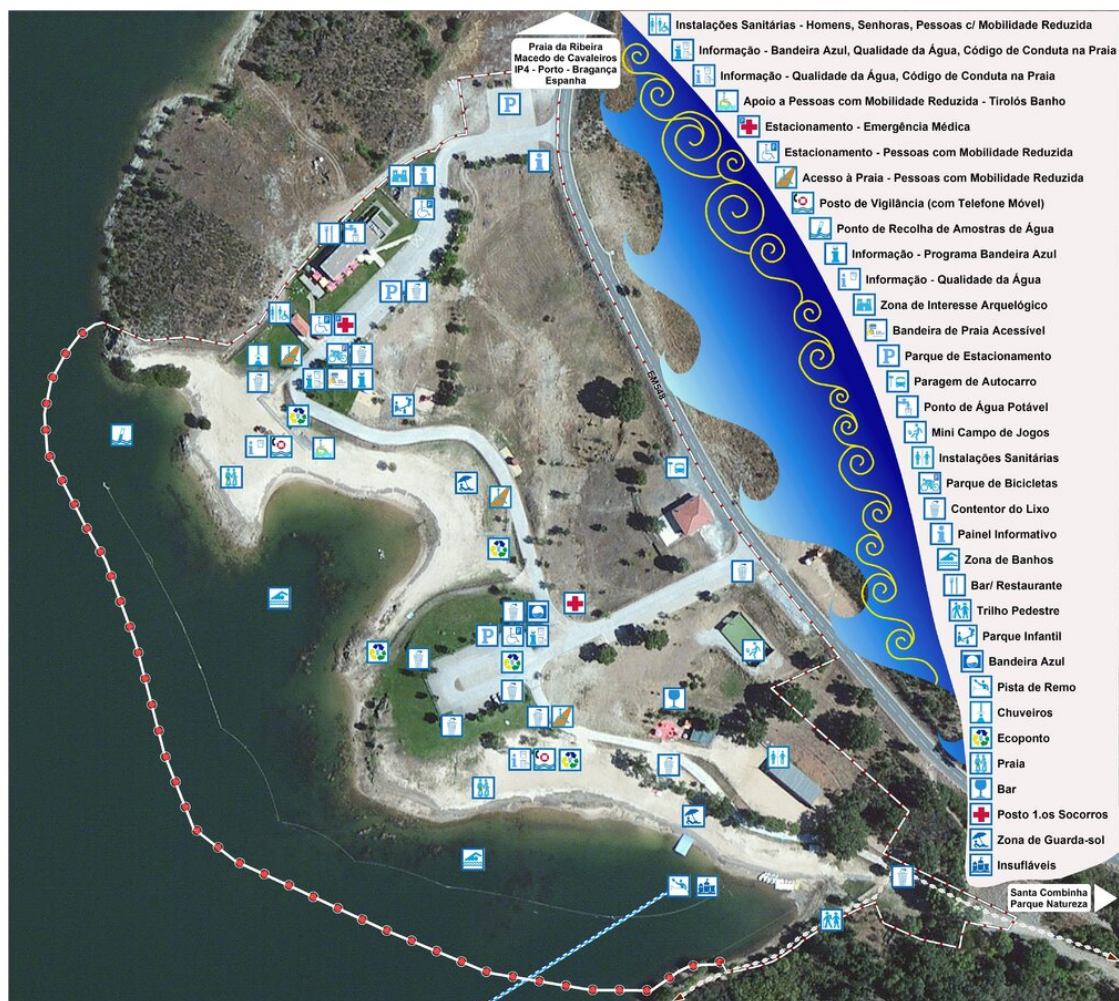
**Figura 8:** Praia da Fraga da Pegada



Fonte: <https://www.azibo.pt/praias>, 12.03.2022

É também uma praia fluvial que oferece excelentes condições para disfrutar a natureza, com toda a segurança e tranquilidade, dispõe de vários equipamentos de apoio, conforme referido na legenda da figura 9. A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, apresenta uma dimensão aproximada de 4900 hectares, as praias nesta fase já se encontram integradas e infraestruturadas caracterizando-se por constituir um espaço integrado conforme (figura 1 e 9). Sendo que a Paisagem Protegida é de fato uma paisagem atrativa e ambientalmente equilibrada, constituída por um rico património natural tanto no que diz respeito à fauna, quanto à flora (Albufeira Do Azibo, Macedo de Cavaleiros | Viaje Comigo, n.d.).

Figura 9: Caracterização da Praia da fraga da Pegada



Fonte: <https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/515>, 18.08.2022

A PPAA, presente o logo supra (figura 10), é considerada um excelente exemplo de ambiente sustentável pois associa a promoção de atividades de lazer em harmonia com a proteção do meio ambiente (Albufeira Do Azibo - Macedo de Cavaleiros - Pequenos Paraísos, n.d.). Até 2017, a Albufeira do Azibo apresentava uma média de 250.000 visitantes anualmente, sendo que este número aumentou cerca de 40% entre os anos de 2018 e 2019, antes do início da pandemia, aproximando-se dos 350.000 visitantes.

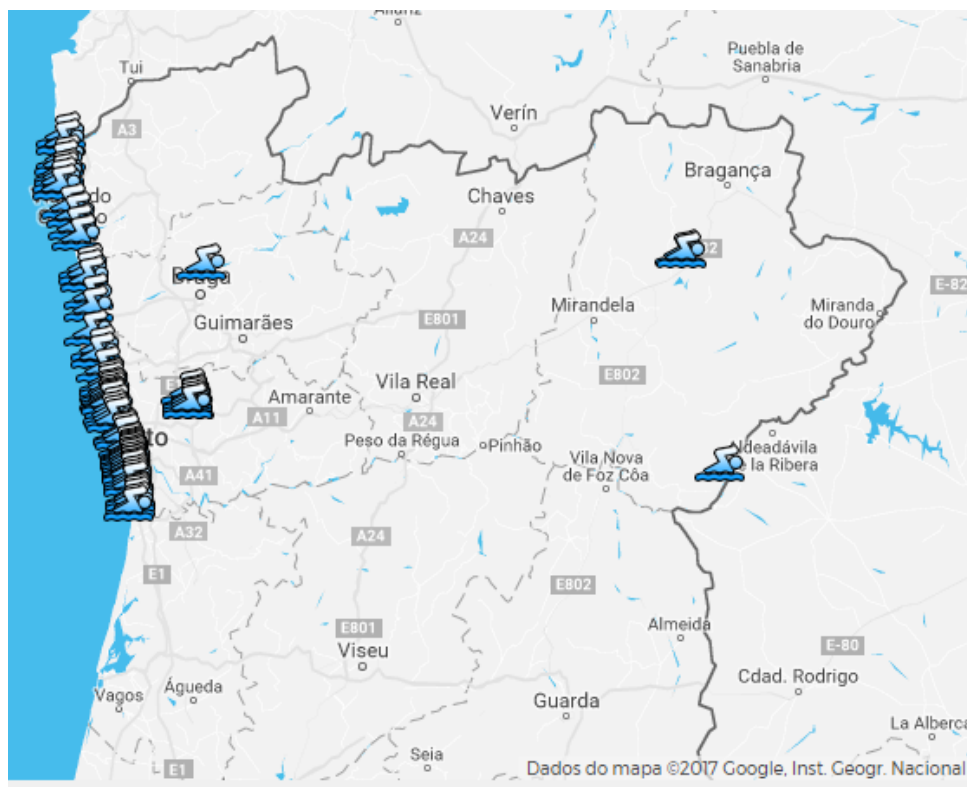
**Figura 10:** Logo – PPAA



Fonte: <https://www.azibo.pt/descubra>, 18.08.2022

A Albufeira do Azibo é considerada, no verão, um destino certo para visitantes de todas as regiões de Portugal e também da Europa (Azibo, n.d.). Nela os visitantes têm a oportunidade de fazer caminhadas, andar de bicicleta, praticar desportos aquáticos, fazer piqueniques no parque das merendas e até visitar museus localizados nas regiões circunvizinhas (Azibo, n.d.). É importante mencionar que existe uma área localizada no centro do Azibo, denominada ilha do Fidalgo, em que a permanência é proibida, como forma de salvaguardar as espécies de animais e plantas da área (Albufeira Do Azibo - Macedo de Cavaleiros - Pequenos Paraísos, n.d.). Outro fator interessante e diferenciador na Albufeira do Azibo é a existência de duas praias fluviais altamente apreciadas durante toda a época balnear, quais sejam a Praia da Ribeira e a Praia da Fraga da Pegada. A Praia da Fraga da Pegada, foi a primeira praia a ser construída, sendo que ambas as praias são artificiais. Ambas possuem estruturas modernas e aconchegantes, que são um incentivo para a presença de locais e turistas durante o período do verão. A praia fluvial da Ribeira foi diversas vezes reconhecida com importantes prémios, graças as suas características naturais (Praias Da Albufeira Do Azibo Distinguidas Com “Qualidade de Ouro 2021” - TV Europa, n.d.). Em 2012 foi eleita como uma das 7 Maravilhas – praias de Portugal, sendo a única situada a norte do Rio Tejo. Além deste recebeu também o prémio de Bandeira Azul graças a preocupação com o acesso de pessoas com mobilidade reduzida (Praias Da Albufeira Do Azibo Distinguidas Com “Qualidade de Ouro 2021” - TV Europa, n.d.).

**Figura 11: Praias Bandeira Azul - Azibo - 2022**



Fonte: <https://bandeiraazul.abae.pt/local-galardoado/ribeira/>, 20.08.2022

Esta praia se distingue das habituais por possuir ser arborizada, formando zona de sombras ao longo do verão, possibilitando maior conforto para aqueles que apreciam o calor menos intenso (Praias Da Albufeira Do Azibo Distinguidas Com “Qualidade de Ouro 2021” - TV Europa, n.d.). Ademais, possui parque infantil, cafés e restaurantes, e desportos aquáticos, tais como vela, windsurf, canoagem e remo (Praias Da Albufeira Do Azibo Distinguidas Com “Qualidade de Ouro 2021” - TV Europa, n.d.). A Praia fluvial da Fraga da pegada, (figura 11), por sua vez, é considerada a praia fluvial europeia com maior número de bandeiras azuis averbadas, fundamentalmente em virtude da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

**Figura 12:** Ancoradouro - Azibo



Fonte: <https://www.gomov.pt/albufeira-do-azibo-conheca-o-oasis-do-nordeste-transmontano/>, 18.08.2022

**Figura 13:** Parque de Merendas



Fonte: <https://www.azibo.pt/praias>, 20.08.2022

**Figura 14:** Cais| Ancoradouro



Fonte: <https://www.azibo.pt/praias>, 20.08.2022

Conforme figuras 12, 13 e 14, a PPAA, apresenta-se como um espaço de lazer ambientalmente equilibrado, determinando uma pegada ecológica sustentável.

Considerando a seguinte fonte: <https://www.azibo.pt/praias>, verificado em 12.03.2022, a praia da Fraga da Pegada é uma Praia acessível com uma extensão de praia de 480 metros e reconhecida como Praia Acessível para pessoas com mobilidade reduzida, a Praia da Fraga da Pegada conta também com um parque infantil, para deleite dos mais pequenos, e estruturas e equipamentos que possibilitam diferentes tipos de entretenimento para todas as faixas etárias, tais como gaviotas, canoagem, futebol de praia, voleibol de praia, basquetebol, ténis, paddle, e um circuito de fitness. Esta praia dispõe de areal e de uma grande área relvada onde pode estender a sua toalha e repor os níveis de vitamina D, alternando com banhos numa água límpida, cuja temperatura ronda os 24°C. Aqui encontra igualmente parques de estacionamento numa área próxima da praia. É um local que tem muita procura nos meses de verão, em especial nos fins de semana de julho e agosto, sendo uma boa opção durante o resto do ano para passear e conhecer as diferentes espécies animais e vegetais.

Da mesma forma, considerando a publicação <https://www.azibo.pt/praias>, 20.08.2022, o Cais, apresenta-se como: Num dos espaços mais belos da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo,

encontra-se o cais, juntamente com o Parque de Merendas, com vistas privilegiadas para a ilha do Fidalgo. Neste Local, pode fazer um pequeno piquenique, uma refeição ou apenas apreciar a paisagem envolvente.

Na formulação deste processo verdadeiramente desafiante, a aplicação de um modelo no contexto da avaliação da disposição para pagar dos visitantes das praias de Albufeira do Azibo, foi tida em consideração a adoção de uma abordagem mista, no sentido de determinar o valor de uso e de não uso daqueles recursos. Assim, foram consideradas as características naturais intrínsecas e as estruturas existentes naquelas praias para estimar o valor daquele recurso turístico a partir das preferências reveladas pelos seus utilizadores, estimando-se uma função de preço (Alves et al, 2014).

Assim, e dadas as preferências declaradas, estimou-se, através do método da valoração contingente, o montante que os visitantes estariam dispostos a pagar, num mercado hipotético, pela disponibilidade daqueles recursos. Para o efeito foi adotado um plano multimétodos, seguindo uma abordagem quantitativa (aplicação de um inquérito por questionário aos visitantes das praias da Albufeira do Azibo durante a época balnear de 2020). Neste sentido, a técnica de inquirição utilizada foi a realização de um inquérito por questionário através de questionários individuais, a realizar com o visitante | turista. O tipo de questões proposto apresentou-se como do tipo questões semiestruturadas (ou focadas), em que apenas se definem os vários tópicos do questionário e o inquirido tem liberdade para responder a cada um deles, mas não excedendo um certo período – no máximo vinte minutos - e aprofundar o assunto objeto dos tópicos em campos definidos.

O inquérito foi conduzido in situ utilizando uma seleção aleatória dos inquiridos. O investigador seguiu um caminho em ziguezague através da dispersão dos turistas pela praia, da Ribeira e pela Praia da Fraga da Pegada, parando junto a pessoas em grupo ou sozinhas. Aos candidatos escolhidos (idade mínima de 18 anos) foi brevemente apresentado o inquérito e instruído o modo de resposta às perguntas. Os dados foram posteriormente tratados, utilizando uma análise estatística descritiva e modelos estatísticos, (Bruna Alves, Javier Benavente, Óscar Ferreira, 2014).

Para todos os questionários foi tido em conta um guião/questionário semiestruturado (consultar Apêndice I). Não obstante, as temáticas sobre as quais o presente estudo incide, são fortemente condicionadas pela teoria e precisão conceitual. Nesta génese, não seria possível elaborar o presente estudo sem a inerente pesquisa bibliográfica sobre cada ponto objeto da presente dissertação. Desta forma, a par de uma vertente prática da informação recolhida através de questionários (Alves et al, 2014), a investigação também assentou numa vertente teórica, através da análise e leitura de bibliografia de diferentes áreas, em particular dos estudos sobre a disposição para pagar pelos bens públicos puros de uso e não uso. A pesquisa bibliográfica teve

como objetivo a recolha de conceitos e de opiniões doutrinárias dos respetivos autores (Araújo et al, 2022).

À semelhança do sucedido com outros estudos (Liu, Liu, Zhang, Qu, & Yu, 2019), também neste caso poderá existir um enviesamento do mercado hipotético, pois o montante que os visitantes declararam estar dispostos para pagar pelo uso dos recursos das praias da Albufeira do Azibo poderá de alguma forma estar mais relacionado com questões simbólicas ou afetivas do que, eventualmente, com o seu uso propriamente dito. Adicionalmente, o facto de existir um número limitado de estudos nesta área dificulta a generalização dos resultados obtidos, tanto mais que o presente trabalho assenta num estudo de caso focado apenas nos determinantes definidos para as praias da Albufeira do Azibo. De igual modo, e contrariamente ao observado em anos anteriores, em 2020, durante a fase de inquérito sentiu-se uma diminuição drástica do número de visitantes, refletindo-se numa forte predominância de participantes da área metropolitana do Porto, o que poderá constituir de algum modo um enviesamento ao perfil-tipo de visitante pré-COVID. Ainda assim, pretendemos contribuir para um tema ainda pouco desenvolvido no contexto das políticas públicas de turismo e do desenvolvimento sustentável e facilitar, aos atores públicos locais, a definição de um valor determinante para os bens públicos de uso e não uso, e que possibilite a sustentabilidade ecoturística das praias da albufeira do Azibo.

O presente estudo tenta investigar a vontade para pagar (ETA) de turistas e avalia o valor de não utilização dos recursos do turismo de praia para proteger as praias de uma maior deterioração. Com este objetivo, é realizado um questionário in situ nas praias da Ribeira e da Fraga da Pegada. A aplicação do método de avaliação contingente (CVM), propõe-se a utilizar um modelo de regressão logística para analisar os fatores que afetam o WTP dos turistas. (Jia Liu, Ning Liu, Yumiao Zhang, Zheng Qu, Jing Yu – 2019).

O método de avaliação contingente foi utilizado com um cenário de avaliação enquadrado num pagamento por serviços prestados em meio ambiente de Paisagem Protegida (SPE). A relação entre as WTP e várias variáveis foi apreendido através de um modelo de regressão logística ordenado. A média WTP foi estimada em 2,00 euros, com um potencial anual de receitas de mais de 250.000 Euros resultante do pagamento de visitantes que permanecem ou têm acesso às praias da Ribeira e da Fraga da Pegada no Azibo. Este estudo contribui para clarificar a viabilidade de um SPE nas praias da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, sendo um primeiro afloramento sobre o tema da introdução de um SPE, dado não existirem estudos anteriores, sobre o território em análise. O estudo encerra uma importante lacuna de conhecimentos e abre caminho para uma solução institucional que permita a implementação de um SPE na PPAA, (Rui Pedroso & James Biu Kung'u – 2019). Em virtude das claras limitações ao nível de revisão bibliográfica sobre o problema em questão, fruto dos poucos trabalhos elaborados, é possível definir que o principal objetivo do presente do estudo é o caráter pioneiro que o estudo apresenta no objetivo de estudar a disponibilidade para pagar que os visitantes da Albufeira do Azibo possam manifestar, quer pelo uso, quer não uso de bens públicos. Pretende-

se provar, que a eventual disponibilidade para pagar por bens públicos de uso e não uso, pode ter efeitos práticos nas políticas públicas locais, e pode introduzir qualidade nos bens públicos de uso e não uso. Estas mesmas políticas públicas, só poderão aparecer, após a revelação de estudos com dados concretos e com uma definição de ações específicas, que suportem uma intervenção no meio envolvente designado, que mais tarde possa ser medida e certificada. A introdução de novas políticas públicas locais pelo órgão de soberania local, levarão a medidas ativas de gestão dos bens públicos, no âmbito turístico local, em zonas de praia como é o caso em apreço, o que como nós prevemos, depois de definida a amostra e bem tratada a informação obtida é bem acolhido pelos visitantes e turistas das praias do Azibo.

### 3. Hipóteses de Investigação e Opções Metodológicas

#### 3.1. Hipóteses de Investigação

A revisão da literatura efetuada permitiu identificar um conjunto de determinantes que, segundo a proposta de diversos estudos, podem influenciar ou determinar a disponibilidade para pagar por bens públicos de uso ou não uso. Desta forma, apresentam-se as seguintes hipóteses de investigação, que serão testadas neste estudo, bem como as variáveis. As hipóteses de investigação e as variáveis constantes deste estudo têm por base o enquadramento teórico apresentado no ponto 2.

Neste contexto, definem-se as hipóteses de avaliação de bens de uso (relacionados com a infraestrutura disponível nas praias e com equipamentos) e os bens de não uso (fundamentalmente relacionadas com bens ambientais), considerando as determinantes estudadas e indicadas na literatura, em particular por (Rigall-I-Torrente & Fluvià, 2011; Alves et al., 2015). Neste sentido, esta investigação explora a disposição para pagar de visitantes | turistas pelos bens públicos de uso e não uso das praias da Albufeira do Azibo, concretamente da praia da Ribeira e praia da Fraga da Pegada, localizadas no Nordeste de Portugal, em Trás-os-Montes.

A principal limitação desta investigação, deve-se aos poucos estudos existentes (Liu, et al., 2019), diz respeito ao viés de mercado hipotético. A disponibilidade para pagar e o valor a pagar pelos visitantes da Albufeira do Azibo pode estar mais relacionado com razões simbólicas, desvirtuando assim a vontade genuína de pagar. Adicionalmente, o facto de existir um número limitado de estudos neste âmbito dificulta a generalização dos resultados obtidos, tanto mais que o presente trabalho assenta num estudo de caso focado apenas nas praias da Albufeira do Azibo.

Contudo, estes estudos não identificam uma cronologia de recolha de dados que permitam observar mudanças na origem dos visitantes ao longo do tempo, e que está na base da reflexão sobre a disponibilidade para pagar pelo uso e não uso de bens públicos nas praias da albufeira do Azibo, ou seja, identificar as causas que determinam a disposição para pagar.

Para efeitos do presente estudo, a hipótese de investigação reside em verificar se:

***H1: Os visitantes das praias da Albufeira do Azibo estão mais dispostos a pagar pelo uso do que pelo não uso de bens públicos puros.***

Assim, com esta investigação é pretendido analisar a problemática da gestão dos recursos públicos das praias da albufeira do Azibo, na perspetiva de determinar as causas, bem como a probabilidade de aumentar ou diminuir a disponibilidade que os turistas | visitantes manifestam para pagar pelo uso ou não uso de bens públicos puros.

## **3.2. Opções Metodológicas**

### **3.2.1. Estratégia de Investigação**

O presente estudo procura investigar a disponibilidade para pagar dos utilizadores das praias da albufeira do Azibo (praia da Ribeira e praia da Fraga da Pegada), perante a disponibilização de bens públicos de uso e não uso.

Para isso, desenvolveu-se uma metodologia baseada numa estratégia quantitativa abordando um estudo de caso. Esta técnica desenvolve uma abordagem relacionada com uma variável dependente e um número de variáveis independentes. Para tal desenvolveu-se num inquérito por questionário, a 600 utilizadores nacionais e estrangeiros das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada, na época balnear de 2020, no decorrer do período pandémico (Covid-19) que atravessamos.

Os questionários foram conduzidos *in situ*, utilizando uma seleção pseudorrandómica dos inquiridos. O investigador seguiu um caminho em ziguezague através das espreguiçadeiras da praia, parando em qualquer grupo de pessoas, considerando que os escolhidos têm uma idade mínima de 15 anos. O questionário é apresentado com uma breve explicação, sendo o inquirido instruído para responder às perguntas.

Os dados serão posteriormente tratados utilizando uma análise estatística descritiva e eventuais modelos estatísticos. A aplicação do método de avaliação contingente (Lui, et al, 2019), no estudo permite utilizar uma regressão logística do modelo, para avaliar os fatores que afetam o WTP dos turistas.

### **3.2.2. Técnica de Recolha de Dados**

A recolha de dados é uma etapa essencial no processo de investigação, na medida em que permite estabelecer a ligação entre o enquadramento teórico e os resultados que se pretende alcançar (Silvestre & Araújo, 2012). Nesta investigação a recolha de dados processa-se mediante a técnica do inquérito por questionário, que constitui uma técnica fundamental para a obtenção de dados primários. Adota-se o inquérito por questionário já elaborado conforme apêndice, sendo que a opção selecionada é a da aplicação dos inquéritos aos turistas e visitantes das praias do Azibo.

Quanto à aplicação dos questionários, aos visitantes das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada, a ação decorreu entre 02 de agosto e 6 de setembro de 2020, recorrendo a inquirição formal realizada *In Loco*, nas praias do Azibo. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente e convidados a participar no questionário, quando se dirigiam ou já se encontravam nos vários

locais de lazer. A todos foi explicado o objetivo do estudo e consensualmente todos acederam a responder e deram autorização verbal para a divulgação dos respetivos resultados, de acordo com os princípios do consentimento livre, prévio e informado.

Esta estratégia metodológica permitirá uma melhor avaliação das perceções dos utilizadores das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada quanto à disposição para pagar pelos bens de uso e não uso disponíveis nas praias.

Quanto à modalidade do questionário utiliza-se preferencialmente a de tipo fechado, o qual incide em questões de resposta fechada e cujo traço principal é a objetividade, o que promove um mais ajustado tratamento e análise da informação.

Os questionários principiam com uma breve introdução na qual é explicada aos inquiridos a natureza do estudo, além de fornecimento de uma garantia de confidencialidade dos inquiridos, sendo, igualmente, aclarada a importância das suas respostas para a solidez desta investigação. Destaca-se que o questionário se encontra no Apêndice I.

No que obedece às questões formuladas no questionário, elas são tendencialmente fechadas, limitando, assim, a possibilidade de resposta a uma das alternativas previamente apresentadas pelo investigador, sendo estas, sobretudo, dicotómicas (opção entre o sim e o não; concorda/discorda). Esta forma de construção de perguntas “em leque com ordenação fechada” apresenta, segundo Pardal e Correia (1995), as seguintes vantagens: concentração no objeto de estudo; suscetibilidade de aprofundamento do estudo e facilidade de tabulação.

Em termos práticos, o questionário foi aplicado nas praias da Albufeira do Azibo, concretamente na praia da Ribeira e da Fraga da Pegada, tendo o trabalho de campo decorrido no período temporal compreendido entre o dia 02 de agosto e 6 de setembro de 2020. Quanto à aplicação dos questionários, estes foram aplicados in situ, em formato papel.

O desenho do questionário presente no Apêndice I, é composto por quatro secções, com um total de 33 perguntas. Os questionários principiam com uma breve introdução na qual é explicada aos inquiridos a natureza do estudo, além de fornecimento de uma garantia de confidencialidade dos inquiridos, sendo, igualmente, aclarada a importância das suas respostas para a solidez desta investigação. A primeira secção do questionário visa conhecer o perfil do inquirido. A segunda secção do questionário visa conhecer informação sobre a deslocação. A terceira secção do questionário visa conhecer informação sobre alojamento e estadia. A quarta secção do questionário visa conhecer informação sobre as características das praias da Albufeira do Azibo.

Para a avaliação da quarta secção pergunta 22. foi utilizada a escala tipo Likert de dez pontos, considerando 1 – “muito desfavorável” e 10 – “extremamente favorável” ou NA – “não aplicável”. Esta opção de resposta apresenta uma escala de pontos com exposições verbais, cujas perguntas se baseiam em extremos – como “muito desfavorável” e “extremamente favorável”. A

Escala de Likert criada em 1932 pelo norte-americano Rensis Likert, a permite comparar as atitudes e o grau de conformidade do inquirido com uma questão ou afirmação.

Diferentemente das respostas limitadas a “sim” ou “não”, ao atribuir uma classificação numa escala de intensidade, o inquirido exprime o grau de concordância, posicionamento ou satisfação em relação (1) às características das praias da Albufeira do Azibo.

### **3.2.3. Técnica de Tratamento de Dados**

Em termos de tratamento de dados, recorreu-se a técnicas de análise quantitativa, variando entre variáveis ordinais e dicotómicas, como técnicas de análise de dados. A primeira integra os vários métodos de estatística quantitativa, possibilitando a análise de cada variável autonomamente. Mediante a análise segundo uma variável ordinal descreve-se a ordem de preferências dos visitantes sobre os bens públicos de uso ou não uso. Com efeito, esta modalidade é a que se apresenta como a mais simples para qualificar a informação e, inclusive, realizar uma estimativa estatística.

No que diz respeito à apresentação dos dados, esta é realizada, frequentemente, através de quadros e gráficos – instrumentos usados nesta dissertação e de distribuições de média e moda.

Quanto à estrutura da apresentação, tal como se procurou seguir, no cabeçalho cabe fornecer informação sobre os dados, no corpo aparecem representados os dados e no rodapé é mencionada a fonte dos dados e, se for oportuno, as observações pertinentes. Optou-se por dar preferência às medidas da tendência central, ou seja, indicadores que proporcionam o acesso a uma primeira ideia ou uma síntese relativa.

A Estatística Univariada contempla todos os mecanismos de Estatística Descritiva que tornam possível a análise de cada variável separadamente e ainda dispositivos de estatística Inferencial para determinada variável, podendo esta ser medida para uma ou mais amostras independentes. Por seu lado, a análise multivariada é mais consentânea para o tratamento das relações existentes entre variáveis, correspondendo ao propósito de explicação e/ou previsão (Silvestre e Araújo, 2012), à forma como ocorre a distribuição dos dados. Por norma, quando se opta pela técnica das escalas tipo Likert é frequente proceder a um tratamento quantitativo da variável.

## 4. Apresentação e Análise de Resultados

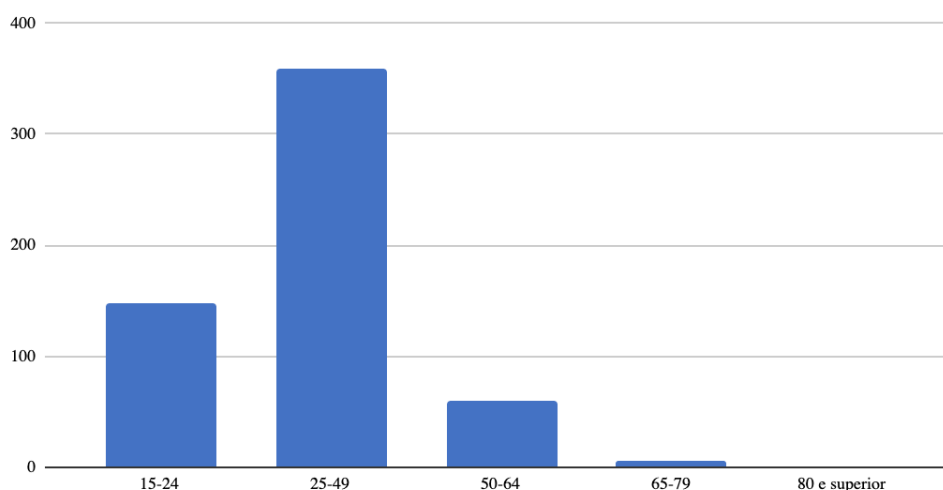
### 4.1. Caracterização da Amostra

Face à nossa pretensão em obter uma resposta por utilizador, foram distribuídos 600 questionários, tendo sido rececionados 600 e validados 573, correspondendo a uma taxa de resposta de 95,6%. Assim, 26 questionários, cerca de 4,4%, foram considerados inválidos, por falta de resposta ou terem sido adulterados.

Dado o método de amostragem seguido face à dimensão da população visitante no período em análise, época alta em que se estimam cerca de 250.000 visitantes, foi designado inquirir o equivalente a 600 visitantes.

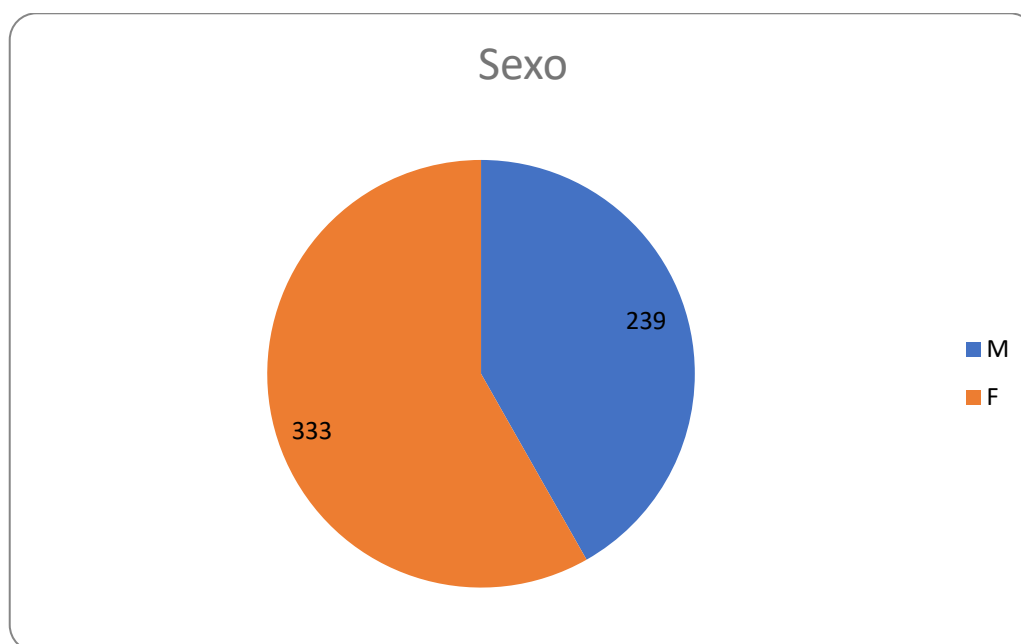
Avaliando, doravante o perfil dos inquiridos na perspetiva do escalão etário, verifica-se, no que concerne à variável idade (Gráfico 1), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 572 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 62,8% dos visitantes tem idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos, 25,7% entre os 15 e os 24 anos, 10,3% entre os 50 e os 64 anos, 1,0% entre os 65 e os 79 anos e 0,2% têm idade igual ou superior a 79 anos. Com esta análise pode-se concluir que a maioria (62,8%) dos visitantes das praias da Albufeira do Azibo têm idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos, seguindo-se a faixa etária com idades entre os 15 e os 24 anos.

**Gráfico 1:** Caracterização por idade



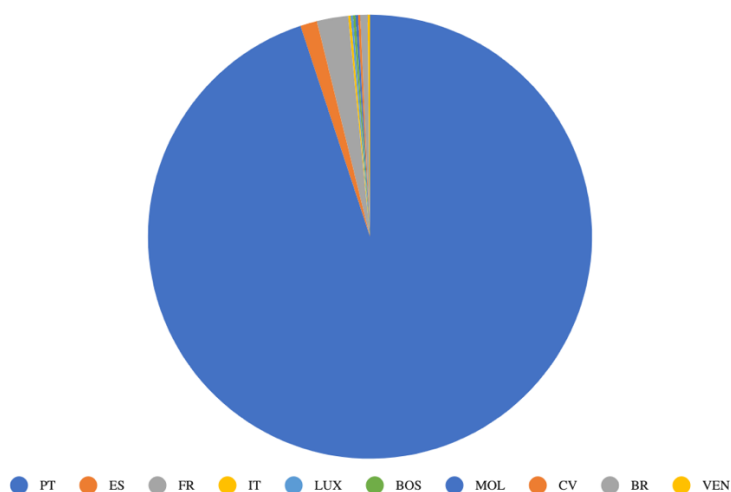
Relativamente á caracterização por sexo, (Gráfico 2) verifica-se que a relativamente a um universo de 573 questionários, obtiveram-se 572 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 239 (41,8%) visitantes do género masculino e 333 (58,2%) visitantes do género feminino. Assim, conclui-se que a maioria dos visitantes são do género feminino.

**Gráfico 2:** Caraterização por sexo



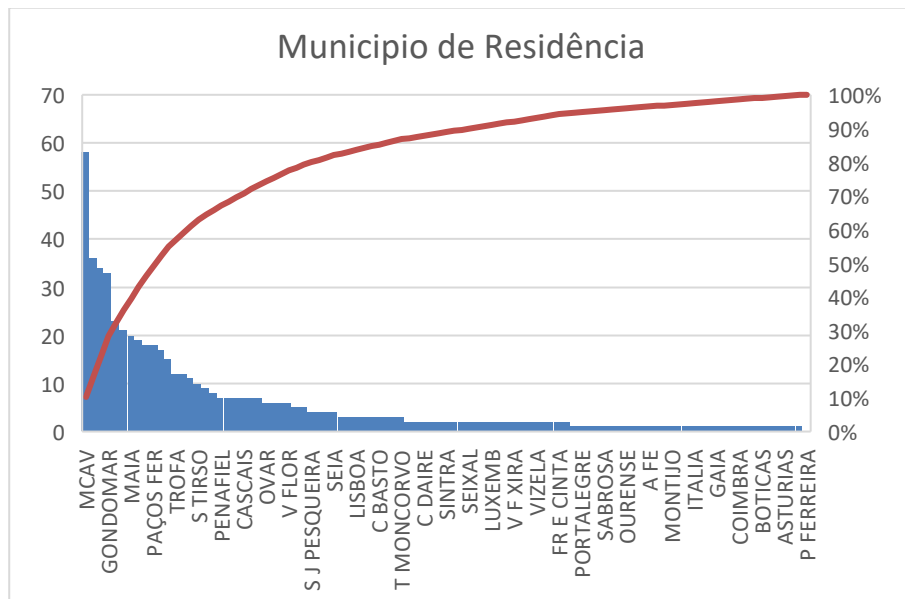
Analogamente à variável nacionalidade dos inquiridos (gráfico 3), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 572 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 542 (94,9%) visitantes apresentam nacionalidade portuguesa, 13 (2,3%) visitantes com nacionalidade francesa e 7 (1,2%) visitantes com nacionalidade espanhola, sendo que os restantes visitantes se distribuíram pelas seguintes nacionalidades, referidas apenas com uma resposta (0,2%): italiana, luxemburguesa, bósnia, moldava, cabo-verdiana, brasileira, venezuelana. Assim, conclui-se que a maioria dos visitantes são de nacionalidade portuguesa.

**Gráfico 3:** Caraterização por Nacionalidade



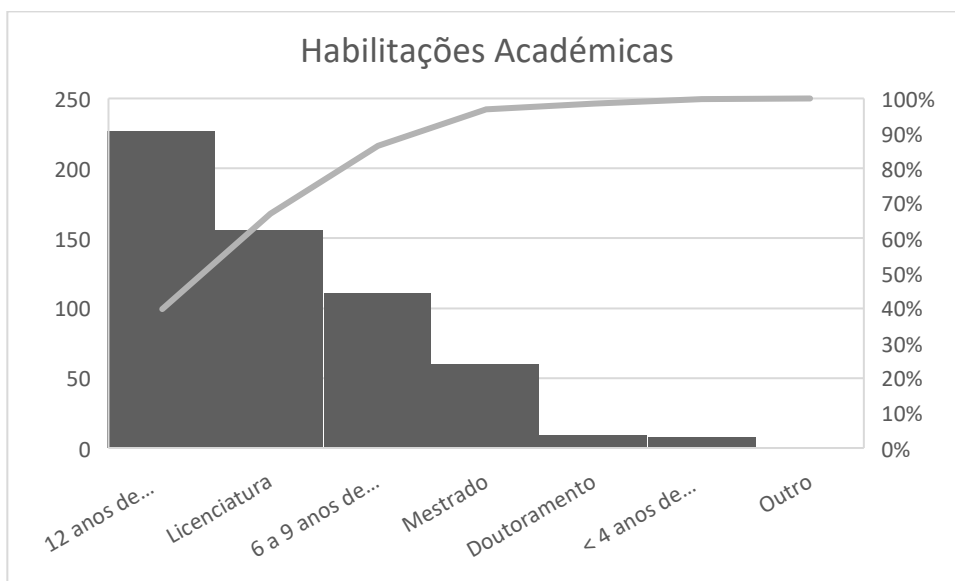
Quanto à variável Município de Residência, (gráfico 4), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 568 respostas válidas, sendo consideradas inválidas 5 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma, considerando apenas os 5 municípios que se revelaram com maior expressão: 58 (10,2%) dos visitantes apresentaram como município de residência Macedo de Cavaleiros, 36 (6,3%) dos visitantes apresentaram-se como residentes no município do Porto, 34 (6,0%) dos visitantes apresentaram como município de Vila Real, 33 (5,8%) dos visitantes apresentaram como município de Gondomar, 23 (4,0%) dos visitantes apresentaram como município de Bragança. Em função dos valores apresentados, pode-se concluir que a maioria dos visitantes era proveniente do município de Macedo Cavaleiros.

**Gráfico 4:** Caraterização por Município de Residência



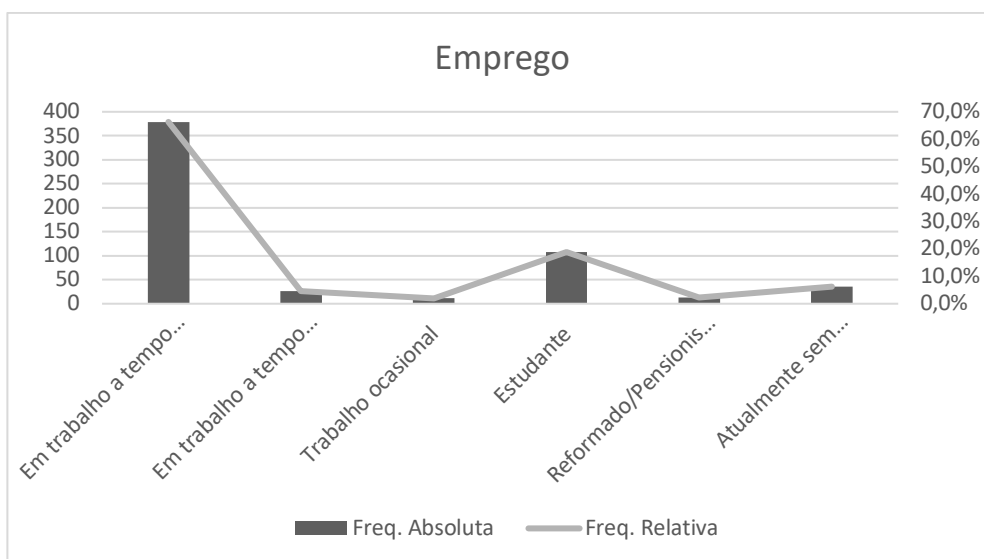
Quanto ao nível de escolaridade dos visitantes (gráfico 5), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 572 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 227 (39,7%) dos visitantes têm o 12º ano ou curso profissional, 156 (27,3%) dos visitantes têm o ensino Superior (Licenciatura), 111 (19,4%) dos visitantes têm o Ensino Básico – 3º ciclo (6 a 9º ano de escolaridade), 60 (10,5%) dos visitantes têm o ensino Superior (Mestrado), 9 (1,6%) dos visitantes têm o Ensino Superior (Doutoramento), 4 (1,4%) dos visitantes têm o Ensino Básico (<4 anos de escolaridade).

**Gráfico 5: Caraterização por habilitações Académicas**



Relativamente à variável empregabilidade dos visitantes (gráfico 6), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 570 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 378 (66,3%) dos visitantes encontra-se em trabalho a tempo inteiro (35/40 horas por semana), 107 (18,8%) dos visitantes é estudante, 35 (6,1%) dos visitantes, atualmente encontra-se sem trabalho (Desempregado), 26 (4,6%) dos visitantes, em trabalho a tempo parcial (<35/40 horas por semana), 13 (2,3%) dos visitantes, reformado| pensionista, 11 (1,9%) dos visitantes, tem trabalho ocasional.

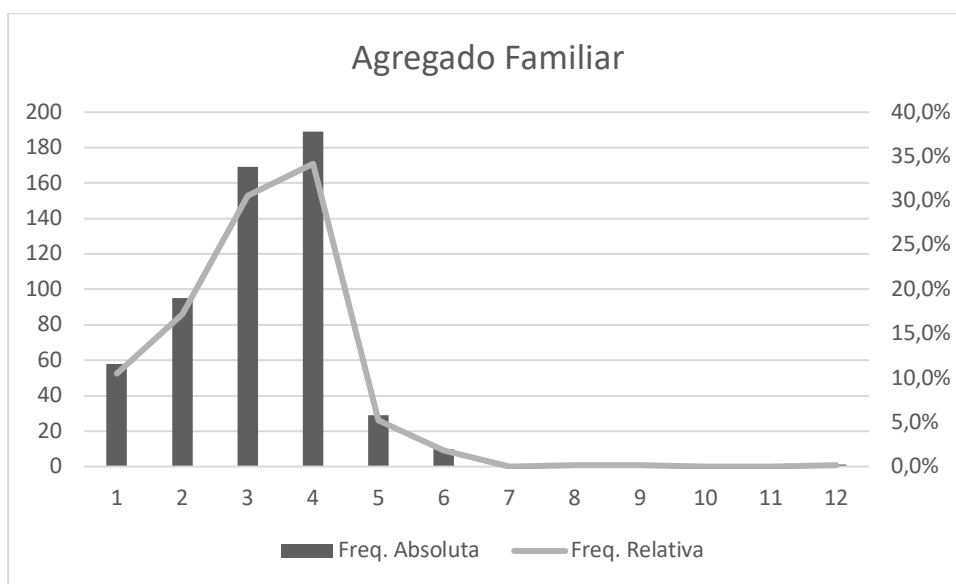
**Gráfico 6: Caraterização por qualificações**



Relativamente à variável agregado familiar dos visitantes (gráfico 7), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 553 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 189

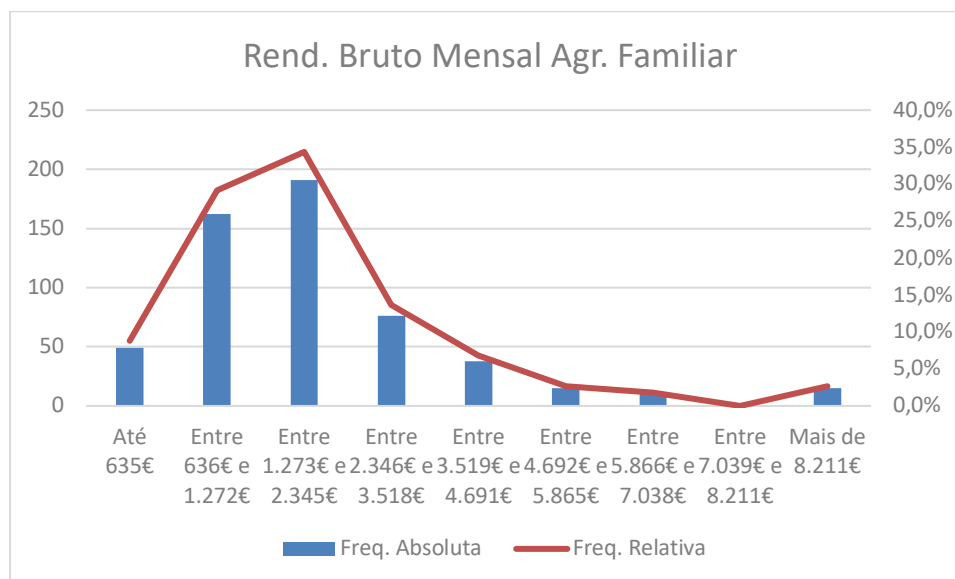
(34,2%) dos visitantes tem um agregado é composto por 4 pessoas, para 169 (30,6%) dos visitantes o seu agregado é composto por 3 pessoas, 95 (17,2%) dos visitantes tem agregado é composto por 2 pessoas, em 58 (10,5%) dos visitantes o seu agregado é composto por 1 pessoas, 29 (5,2%) dos visitantes o seu agregado é composto por 5 pessoas, 10 (1,8%) dos visitantes o seu agregado é composto por 6 pessoas, 1 (0,2%) dos visitantes o seu agregado é composto por 8 pessoas, 1 (0,2%) dos visitantes o seu agregado é composto por 9 pessoas, 1 (0,2%) dos visitantes o seu agregado é composto por 12 pessoas.

**Gráfico 7:** Caraterização por agregado familiar



Relativamente à variável rendimento bruto mensal individual dos visitantes (gráfico 8), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 556 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 191 (34,4%) dos visitantes auferem um RBM de 1.273€ até 2.345€, 162 (29,1%) dos visitantes auferem um rendimento de 636€ até 1.272€, 76 (13,7%) dos visitantes auferem um rendimento de 2.346€ até 3.518€, 49 (8,8%) dos visitantes auferem um rendimento até 635€, 38 (6,8%) dos visitantes auferem um rendimento de 3.519€ até 4.691€, 15 (2,7%) dos visitantes auferem um rendimento de 4.692€ até 5.865€, 15 (2,7%) dos visitantes auferem um rendimento superior a 8.211€, 10 (1,8%) dos visitantes auferem um rendimento de 5.866€ até 7.038€. No intervalo de rendimentos de 7.039€ e 8.211€, não foi recolhida qualquer amostra.

**Gráfico 8:** Caracterização por Rendimento Bruto Mensal do Agregado Familiar



## 4.2. Análise Descritiva Exploratória

Como refere Costa, (2015), nesta primeira fase, após a caracterização da amostra, tencionamos estudar descritivamente a informação contida nos dados, tentando apresentá-la de forma compreensível. Tendo em conta a informação presente nos questionários recolhidos, pretendemos analisar alguns aspetos que caracterizam o perfil dos visitantes, bem como as principais motivações para a deslocação às praias da Albufeira do Azibo. Uma vez que a representação da informação contida numa amostra depende da escala na qual são expressos os dados, e porque o questionário contém maioritariamente variáveis dicotómicas e ordinais, serão usados gráficos, quadros de frequência, medidas de tendência central (média) e medidas de dispersão (desvio padrão) para descrever o conjunto de valores que tais dados assumem (Pestana e Gageiro, 2008; Marôco, 2011). As medidas de tendência central e de dispersão serão usadas unicamente nas variáveis medidas em escala ordinal, mais concretamente a escala tipo *Likert* de cinco pontos, uma vez que é usual dar um tratamento quantitativo a esta variável, melhorando assim o grau de conhecimento dos atributos a que os dados se referem (Laureano e Botelho, 2012).

A presente investigação tem como objetivo conhecer e avaliar a disposição para pagar pelo uso e não uso de bens públicos, analisando um conjunto de aspetos que caracterizam o perfil do visitante das praias da Albufeira do Azibo, concretamente das praias da ribeira e da praia da Fraga da Pegada.

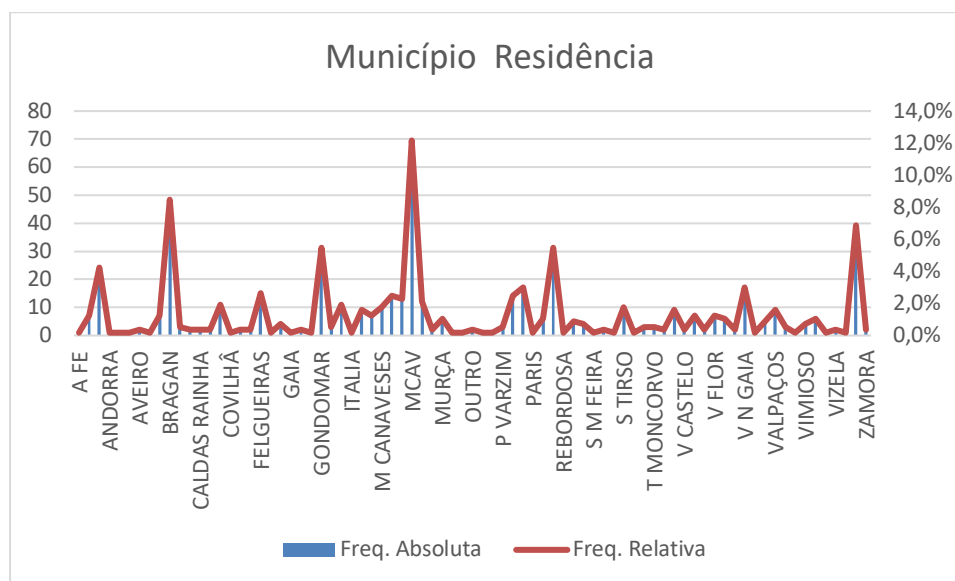
Da análise das variáveis dicotómicas e ordinais, serão usados gráficos, quadros de frequência, medidas de tendência central (média) e medidas de dispersão (desvio padrão) resultante de um

conjunto de dados que permite a caracterização dos visitantes que constituem a amostra do estudo.

#### 4.2.1. Informação sobre a Deslocação

Quanto à variável, a partir de onde viajou para as praias da albufeira do Azibo - Município de Residência, (gráfico 9) para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 567 respostas válidas, foram consideradas inválidas 6, sendo distribuídas da seguinte forma: 69 (12,2%) visitantes com residência em Macedo de Cavaleiros, 48 (8,5%) visitantes com residência em Bragança, 39 (6,9%) visitantes com residência em Vila Real, 31 (5,5%) visitantes com residência em Gondomar, 24 (4,2%) visitantes com residência em Amarante. O conjunto de municípios de residência restante, não tem relevância, superior a 0,5%. Assim, conclui-se que a maioria dos inquiridos se deslocam para as praias da albufeira do Azibo a partir de Macedo de Cavaleiros como município de residência.

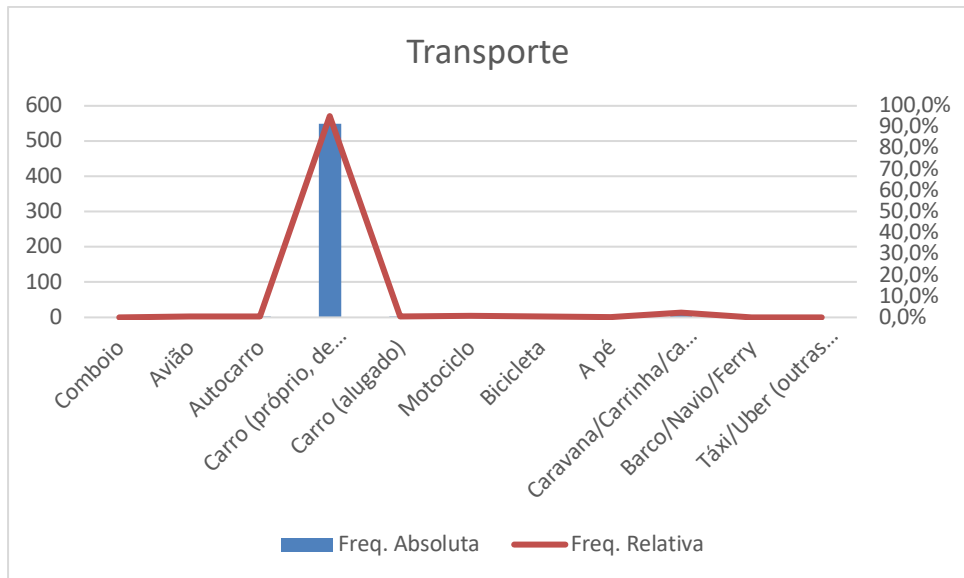
**Gráfico 9:** Caraterização por município de residência



No que concerne à variável, transporte, ou seja, meio de transporte utilizado no acesso às para as praias da albufeira do Azibo, (gráfico 10), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 573 respostas válidas, sendo distribuídas da seguinte forma: 549 (95,1%) a maioria dos visitantes utiliza carro próprio, 13 (2,3%) visitantes que manifestam que o meio de transporte utilizado é a caravana, sendo que, 5 (0,9%) visitantes apresentam como meio de transporte o motociclo. Os restantes meios de transporte para esta amostra não apresentaram valores

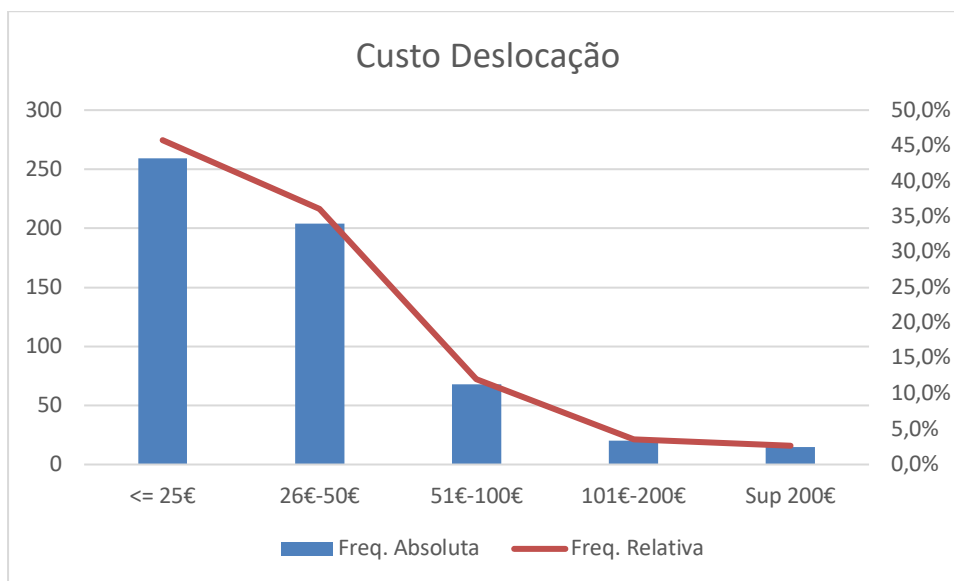
relevantes. Pode-se concluir que a maioria dos visitantes utilizam como meio de transporte o veículo próprio.

**Gráfico 10:** Caraterização por meio de transporte utilizado



Quanto à variável, custo de deslocação desde a origem até as praias da albufeira do Azibo, (gráfico 11), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 566 respostas válidas, foram consideradas inválidas 7, sendo distribuídas da seguinte forma: (259) 45,8% dos visitantes apresenta um custo menor ou igual a 25€, (204) 36,0% dos visitantes apresenta um custo entre 26€ e 50€, (68) 12,0% dos visitantes apresenta um custo entre 51€-100€, (20) 3,5% dos visitantes apresenta um custo entre 101€-200€, (15) 2,7% dos visitantes apresenta um custo superior a 200€. Conclui-se, portanto, que a maioria dos visitantes apresenta um custo de deslocação inferior a 25€, situação consistente com o fato da maioria dos inquiridos ter declarado ser proveniente do município de Macedo de Cavaleiros.

**Gráfico 11:** Caraterização por custo de deslocação



#### 4.2.2. Informação sobre Alojamento

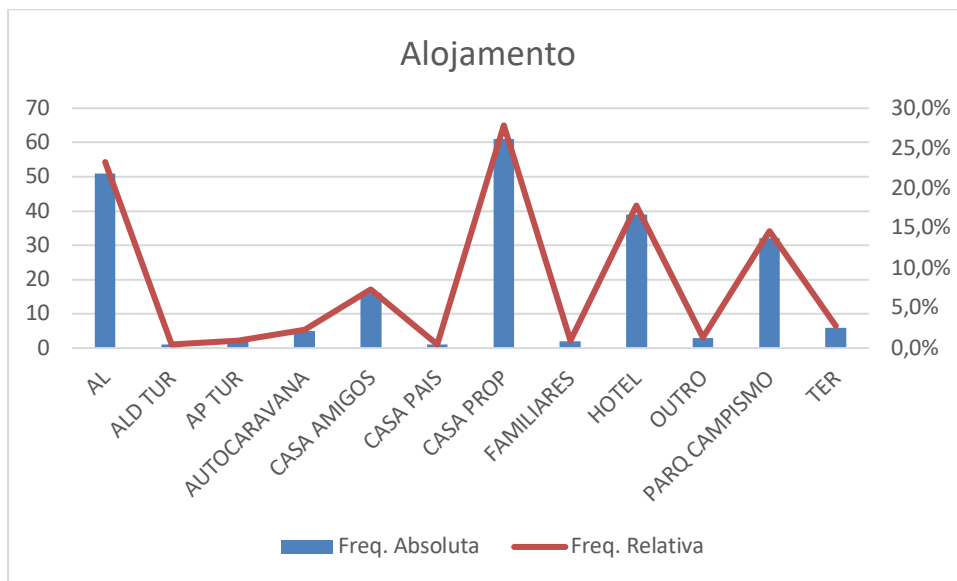
No que diz respeito à variável, dias de permanência, mais que um dia nas praias da Albufeira do Azibo, para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 566 respostas válidas, foram consideradas inválidas 7, sendo distribuídas da seguinte forma: (363) 64,1% dos visitantes indica ficar menos de um dia em permanência e (203) 35,9% dos visitantes indica ficar mais de uma noite em permanência. Conclui-se, portanto, que 64,1%, ou seja, a maioria dos visitantes indica ficar menos de um dia em permanência nas praias da Albufeira do Azibo.

No que concerne à variável, número de noites em permanência nas praias da Albufeira do Azibo, para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 566 respostas válidas, foram consideradas inválidas 7, sendo distribuídas da seguinte forma: (363) 64,1% dos visitantes indica ficar menos de um dia em permanência; (203) 35,9% dos visitantes indica ficar mais de uma noite em permanência; a estada média cifra-se em 3,8 noites; a duração da estada mais frequentemente referida pelas pessoas é de duas noites. Verifica-se um desvio padrão de 4,3 noites, dada a amplitude de respostas. Conclui-se, portanto, que a média de noites em permanência nas praias da Albufeira do Azibo é de 3,79 noites.

Relativamente à variável, tipo de alojamento que costuma frequentar, (gráfico 12), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 219 respostas válidas, foram consideradas inválidas 354, sendo distribuídas da seguinte forma: (61) 27,9% dos visitantes fica alojado em casa própria, (51) 23,3% dos visitantes fica alojado em alojamento local, (39) 17,8% dos visitantes fica alojado em Hotel, (32) 14,6% dos visitantes fica alojado em parque de campismo, (16) 7,3% dos visitantes fica alojado em casa de amigos, (6) 2,7% dos visitantes fica alojado em Turismo em

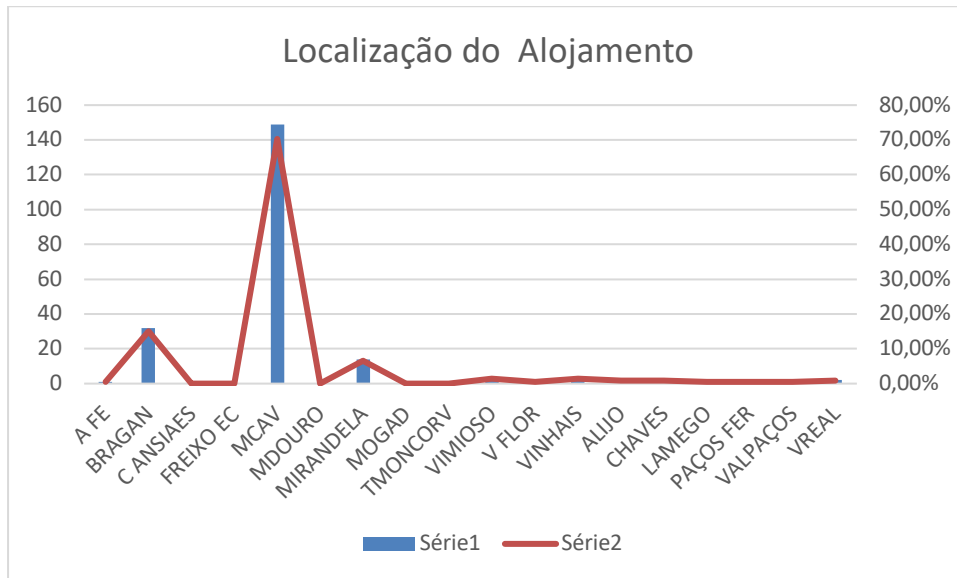
Espaço Rural (TER), (5) 2,3% dos visitantes fica alojado em autocaravana, (3) 1,4% dos visitantes fica alojado em outro alojamento não designado, (2) 0,9% dos visitantes fica alojado em casa de familiares, (1) 0,5% dos visitantes fica alojado em casa dos pais, (1) 0,5% dos visitantes fica alojado em Aldeamento Turístico (AT). Pode-se, portanto, concluir que a maioria dos visitantes, 27,9% fica alojado em casa própria.

**Gráfico 12:** Caracterização por tipo de alojamento



Quanto à variável, município de localização do alojamento que costuma frequentar quando se desloca para as praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 13), para um universo de 572 questionários, obtiveram-se 212 respostas válidas, foram consideradas inválidas 360, sendo distribuídas da seguinte forma, considerando os três municípios que concentram a maioria dos visitantes: (149) 70,28% dos visitantes fica alojado no município de Macedo de Cavaleiros, (32) 15,09% dos visitantes fica alojado no município de Bragança, (14) 6,60% dos visitantes fica alojado no município de Mirandela. Conclui-se que a maioria dos visitantes (149) 70,28% fica alojado no município de Macedo de Cavaleiros.

**Gráfico 13:** Caracterização por município de alojamento

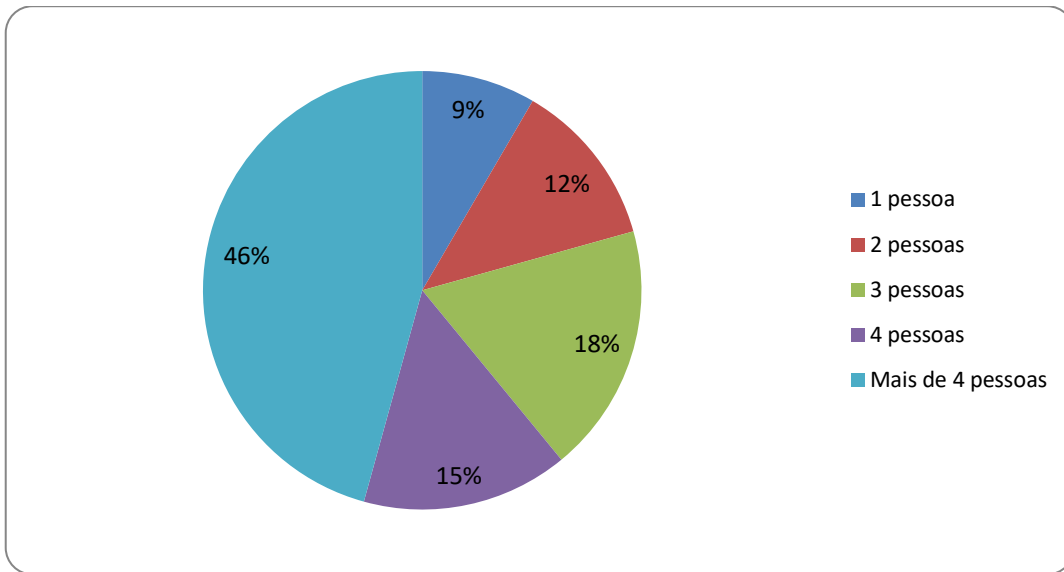


Relativamente à variável, número de horas de permanência no destino, praias da Albufeira do Azibo, (pergunta 16 questionário), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 361 respostas válidas, foram consideradas inválidas 212, sendo que a estadia média é de 7,93 horas, o desvio padrão para esta amostra é de 8,2 horas, sendo que o valor de moda é de 8 horas, considerando o número máximo de horas de permanência no destino de 96 horas de estadia.

Quanto à variável, número de pessoas que o acompanham na visita às praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 14), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 571 respostas válidas, foram consideradas inválidas 2, sendo distribuídas da seguinte forma: 261 (45,7%) dos visitantes manifestam estar acompanhados de mais de 4 pessoas, 105 (18,4%) dos visitantes manifestam estar acompanhados por 3 pessoas, 87 (15,2%) dos visitantes manifestam estar acompanhados por 4 pessoas, 70 (12,3%) dos visitantes manifestam estar acompanhados por 2 pessoas, 48 (8,4%) dos visitantes manifestam estar acompanhados por 1 pessoas.

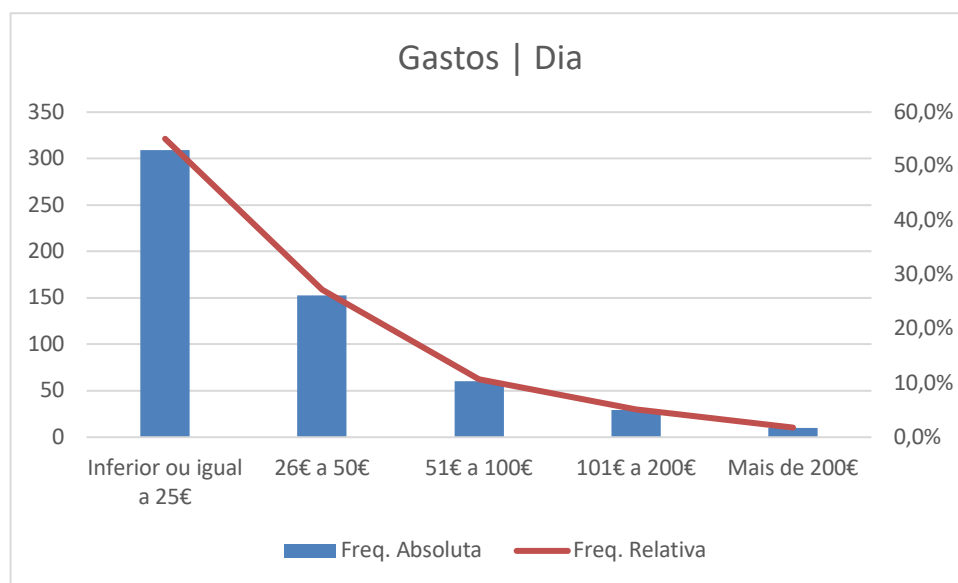
Os resultados evidenciam que os visitantes das Praias da Albufeira do Azibo têm preferência por fazê-lo em grupo, nomeadamente em grupo alargado, situação que deverá merecer atenção na definição de políticas públicas relacionadas com o uso daquele recurso.

**Gráfico 14:** Caraterização número de pessoas (grupo)



No que concerne à variável, gastos por pessoa | dia durante a visita às praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 15), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 561 respostas válidas, foram consideradas inválidas 12, sendo distribuídas da seguinte forma: (309) 55,1% dos visitantes apresenta uma despesa inferior ou igual 25€, (153) 27,3% dos visitantes apresenta uma despesa entre 26€ e 50€, (60) 10,7% dos visitantes apresenta uma despesa entre 51€-100€, (29) 5,2% dos visitantes apresenta uma despesa entre 101€ e 200€, (10) 1,8% dos visitantes apresenta uma despesa superior a 200€. Conclui-se, portanto, que a maioria dos visitantes apresentam uma despesa inferior a 25€.

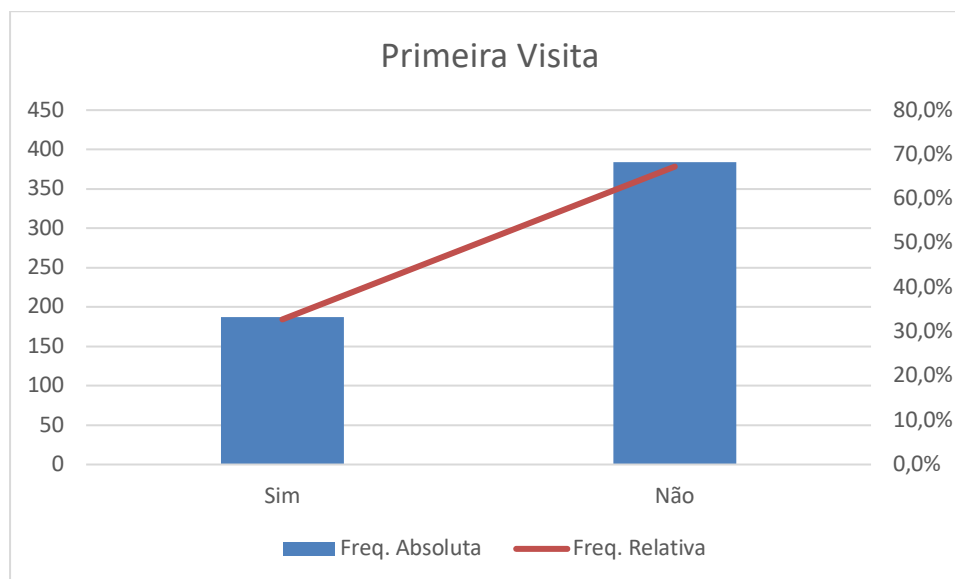
**Gráfico 15:** Caracterização por gastos pessoa | dia



Relativamente à variável, primeira visita às praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 16), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 571 respostas válidas, não foram validadas 2 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma: 32,7% (187) dos visitantes indicam que é a primeira vez (Sim), 67,3% (384) dos visitantes indicam que já tinham estado nas praias outras vezes (Não).

Conclui-se, portanto, que mais de dois terços dos inquiridos já haviam frequentado as praias, sendo em muitos dos casos visitantes habituais, de acordo com informação complementar recolhida durante o inquérito. Esta situação poderá influenciar a definição de eventuais políticas públicas que visem ou beneficiem a fidelização de visitantes.

**Gráfico 16:** Caraterização por primeira visita às praias do Azibo



#### 4.2.3. Caraterísticas das Praias da Albufeira do Azibo

Relativamente à variável, caraterísticas mais valorizadas nas praias da Albufeira do Azibo, (Tabela 1), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 567 respostas válidas, não foram validadas 6 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma, pelos três indicadores com maior expressão: 84,13% (477) dos visitantes indicam que a Limpeza água e areia é a caraterística mais importante, seguindo-se, 71,08% (403) dos visitantes que indicam a Natureza e preservação do ambiente e 68,61% (389) dos visitantes indicam o conforto e segurança.

**Tabela 1 - Caraterísticas mais valorizadas nas Praias**

| Caraterísticas da praia         | Não Importante | Pouco Importante | Importante | Muito Importante |
|---------------------------------|----------------|------------------|------------|------------------|
| Limpeza água e areia            | 0,18%          | 0,88%            | 14,46%     | 84,13%           |
| Paisagem                        | 0,35%          | 4,41%            | 51,15%     | 43,39%           |
| Conforto e segurança            | 0,35%          | 3,53%            | 26,28%     | 68,61%           |
| Silêncio e número de visitantes | 4,06%          | 22,05%           | 46,56%     | 25,57%           |
| Equipamentos de lazer           | 3,17%          | 23,10%           | 45,86%     | 26,46%           |
| Acessos                         | 0,88%          | 4,94%            | 44,62%     | 48,15%           |
| Certificação de qualidade       | 1,06%          | 7,76%            | 30,34%     | 60,14%           |
| Equipamentos de apoio           | 2,29%          | 13,40%           | 46,21%     | 37,04%           |
| Natureza e preservação ambiente | 0,18%          | 1,76%            | 26,10%     | 71,08%           |

Relativamente à variável, características mais valorizadas nas praias da Albufeira do Azibo, (Tabela 2), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 562 respostas válidas, não foram validadas 11 respostas, sendo distribuídas conforme se representa na tabela infra, salientando-se que a característica mais apreciada é a paisagem (51%).

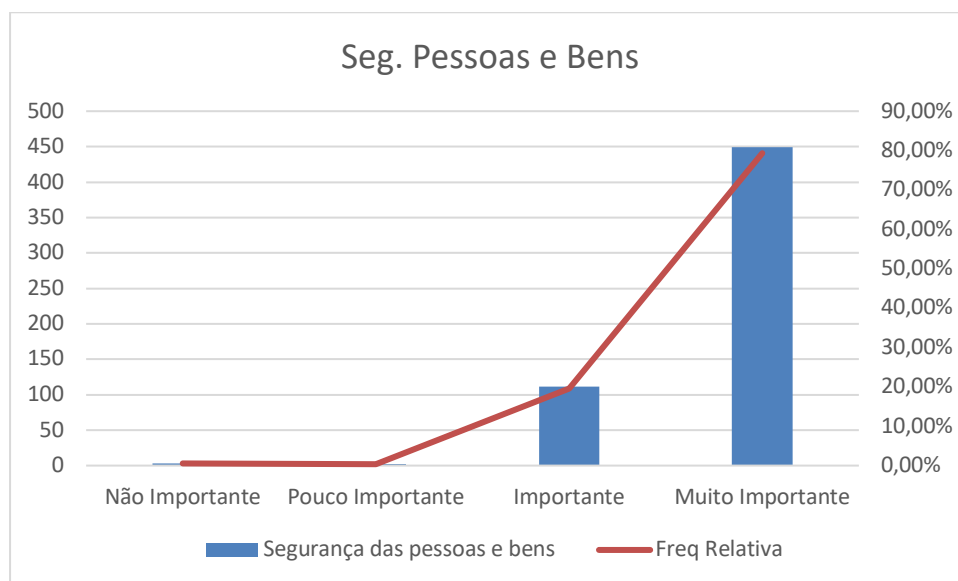
**Tabela 2 - Características mais valorizadas nas praias da albufeira do Azibo**

| <b>Caraterísticas da praia</b>           | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>5</b> | <b>6</b> | <b>7</b> | <b>8</b> | <b>9</b> | <b>10</b> |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Cor e textura da areia                   | 0,7%     | 1,6%     | 4,1%     | 5,5%     | 21,0%    | 14,6%    | 14,4%    | 19,0%    | 7,3%     | 9,3%      |
| Largura da praia                         | 0,2%     | 0,2%     | 3,0%     | 3,9%     | 13,0%    | 12,3%    | 17,8%    | 22,6%    | 9,6%     | 15,5%     |
| Inclinação da praia                      | 0,7%     | 0,5%     | 2,3%     | 2,7%     | 12,1%    | 8,4%     | 16,2%    | 24,4%    | 13,5%    | 16,7%     |
| Limpeza da praia                         | 1,2%     | 0,9%     | 2,8%     | 3,9%     | 12,6%    | 11,6%    | 15,5%    | 21,5%    | 12,8%    | 16,0%     |
| Limpeza da água                          | 1,2%     | 1,8%     | 3,6%     | 2,7%     | 8,5%     | 8,9%     | 17,3%    | 25,8%    | 13,7%    | 15,1%     |
| Instalações e manutenção WC              | 0,4%     | 0,5%     | 1,2%     | 1,8%     | 6,9%     | 7,5%     | 15,1%    | 25,6%    | 16,0%    | 17,6%     |
| Instalações e manutenção Chuveiro        | 0,7%     | 1,2%     | 0,5%     | 1,8%     | 8,9%     | 9,6%     | 14,1%    | 19,6%    | 13,7%    | 12,5%     |
| Contentores lixo e papeleiras            | 0,0%     | 1,6%     | 1,8%     | 2,8%     | 9,8%     | 9,1%     | 15,7%    | 21,0%    | 12,1%    | 23,8%     |
| Presença de peixes                       | 2,0%     | 2,0%     | 2,7%     | 2,0%     | 13,3%    | 6,8%     | 12,6%    | 17,6%    | 12,5%    | 16,4%     |
| Restaurantes, bares e quiosques          | 0,0%     | 0,2%     | 1,4%     | 1,6%     | 8,0%     | 9,3%     | 17,3%    | 26,0%    | 16,4%    | 15,8%     |
| Pontos de informação/sinalização         | 0,4%     | 0,5%     | 1,8%     | 2,0%     | 8,9%     | 8,5%     | 18,1%    | 23,1%    | 17,4%    | 17,1%     |
| Aluguer guarda-sóis e espreguiçadeiras   | 1,6%     | 2,3%     | 2,7%     | 2,0%     | 12,1%    | 8,5%     | 14,8%    | 14,6%    | 10,1%    | 14,6%     |
| Nadadores/salvadores                     | 0,2%     | 0,7%     | 1,4%     | 1,4%     | 5,9%     | 5,2%     | 12,6%    | 22,4%    | 14,8%    | 31,0%     |
| Estacionamento                           | 2,5%     | 1,8%     | 2,7%     | 2,7%     | 8,9%     | 7,8%     | 12,1%    | 19,6%    | 14,1%    | 27,0%     |
| Acesso à praia                           | 0,4%     | 0,4%     | 0,9%     | 1,2%     | 6,0%     | 5,0%     | 9,6%     | 23,5%    | 18,5%    | 33,6%     |
| Paisagem                                 | 0,2%     | 0,0%     | 0,2%     | 0,5%     | 2,0%     | 3,4%     | 5,5%     | 13,3%    | 22,4%    | 51,6%     |
| Conforto                                 | 0,0%     | 0,5%     | 0,5%     | 0,4%     | 3,0%     | 5,5%     | 12,1%    | 24,7%    | 21,7%    | 30,2%     |
| Relação qualidade/preço                  | 0,2%     | 0,5%     | 0,5%     | 0,7%     | 6,2%     | 4,8%     | 12,8%    | 24,2%    | 16,4%    | 26,7%     |
| Nº de visitantes                         | 1,2%     | 2,0%     | 1,6%     | 2,5%     | 10,3%    | 10,0%    | 17,3%    | 24,7%    | 10,3%    | 15,3%     |
| Ruído                                    | 1,8%     | 1,1%     | 2,3%     | 2,3%     | 11,0%    | 10,9%    | 15,8%    | 22,1%    | 11,9%    | 16,2%     |
| Pontos de fuga/ corredores de emergência | 1,4%     | 0,9%     | 1,6%     | 3,4%     | 8,9%     | 9,6%     | 16,4%    | 19,2%    | 9,4%     | 16,7%     |
| Avaliação global                         | 0,0%     | 0,0%     | 0,0%     | 0,4%     | 2,3%     | 3,6%     | 16,0%    | 37,5%    | 17,3%    | 21,2%     |

**Nota:** Considere 1 – Muito desfavorável | 10 – Extremamente favorável | NA – Não aplicável

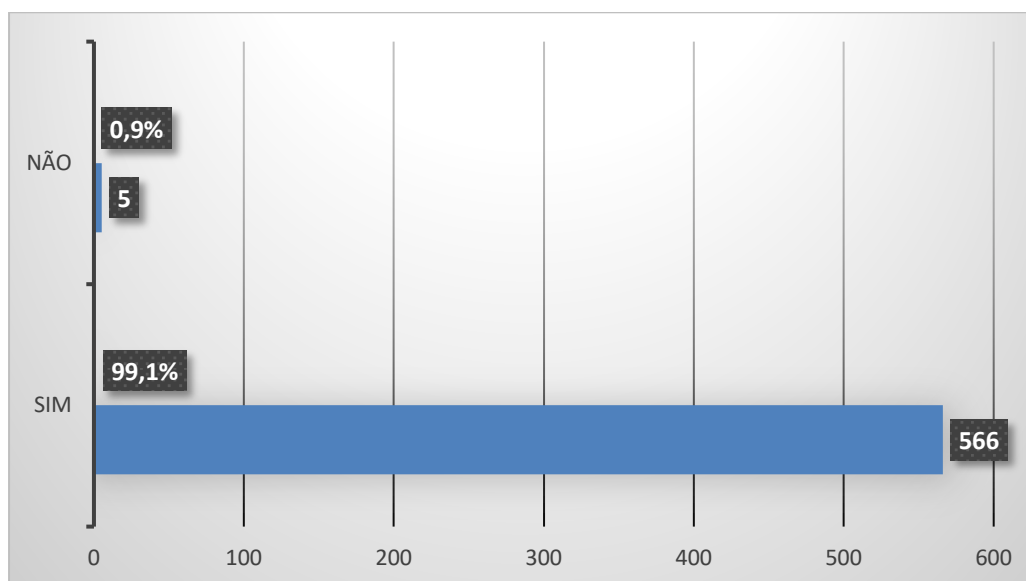
Relativamente à variável, fator segurança de pessoas e bens nas praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 17), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 566 respostas válidas, não foram validadas 7 respostas, sendo que segurança das pessoas e bens, foi considerada Muito Importante por 79,3 % (449) dos visitantes e considerada importante por 19,6 % (111). Assim, dada a importância revelada pelos inquiridos no que a esta variável diz respeito, tal sugere que as políticas públicas de gestão deste recurso deverão acautelar estas questões.

**Gráfico 17:** Caraterização por segurança de pessoas e bens



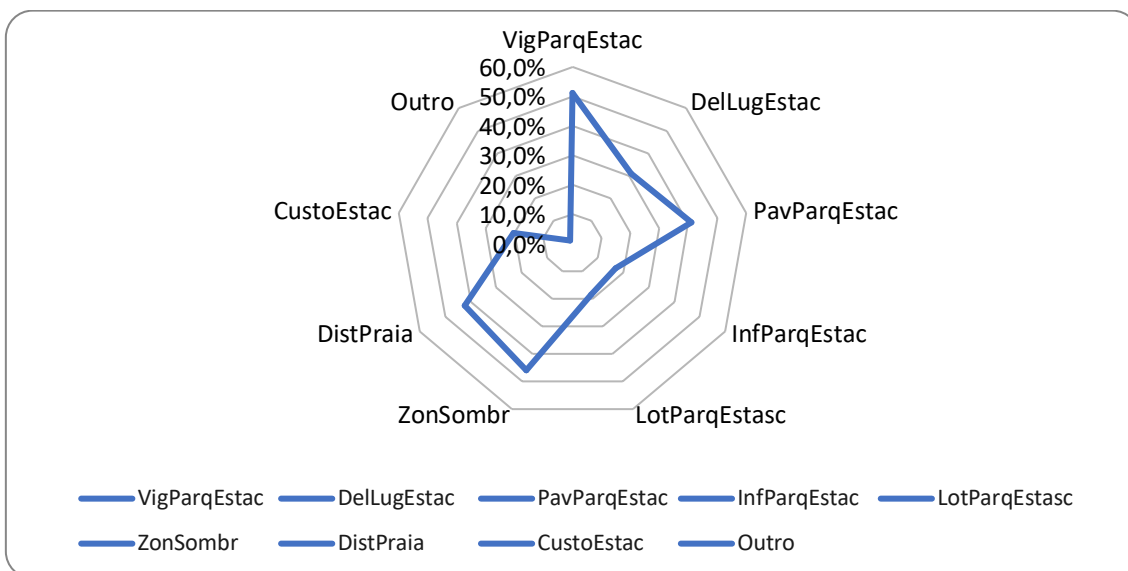
Relativamente à variável, importância da existência de parques de estacionamento nas praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 18), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 571 respostas válidas, não foram validadas 2 respostas, sendo que a existência de parques de estacionamento nas praias da Albufeira do Azibo, foi considerada importante por 99,1% (566) dos visitantes. Os resultados sugerem que a disponibilidade deste tipo de equipamentos é muito valorizada pelos inquiridos, presumindo-se manifesta primazia à utilização destes bens públicos

**Gráfico 18:** Caraterização por importância da existência de parques de estacionamento



Relativamente à variável, características mais valorizadas nos Parques de Estacionamento das praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 19), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 555 respostas válidas, não foram validadas 18 respostas, sendo que a características mais valorizadas nos Parques de Estacionamento das praias da Albufeira do Azibo é a sua Vigilância, correspondendo a 51,2% (284) dos inquiridos. São ainda consideradas muito relevantes as características de disponibilidade de zonas de sombreamento, distância às praias e pavimentação dos parques de estacionamento, com 45,9%, 42,3% e 41,1%, das respostas, respetivamente.

**Gráfico 19:** Caraterização por características mais valorizadas nos Parques de Estacionamento



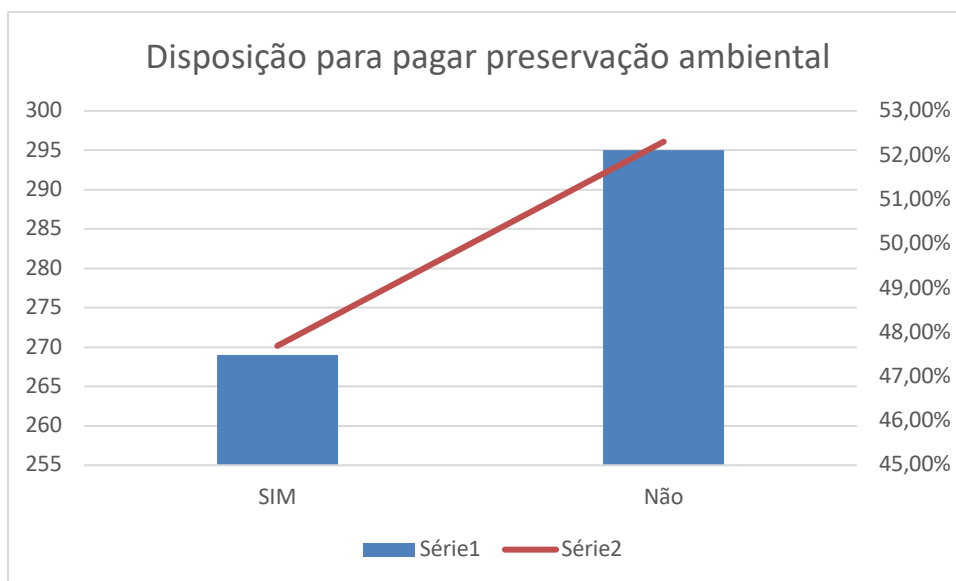
Com efeito, conforme depreendido na tabela 3, a frequência relativa com maior expressão revelada pelos visitantes inquiridos, centra-se no item, Vigilância Parques Estacionamento

**Tabela 3 -** Caraterísticas mais valorizadas nos parques de estacionamento

| <b>Categorias</b>                   | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa</b> |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Vigilância Parques Estacionamento   | 284                        | 51,2%                      |
| Delimitação Lugares Estacionamento  | 172                        | 31,0%                      |
| Pavimentação Parques Estacionamento | 228                        | 41,1%                      |
| Informação Parques Estacionamento   | 94                         | 16,9%                      |
| Lotação Parques Estacionamento      | 103                        | 18,6%                      |
| Zona de Sombreamento                | 255                        | 45,9%                      |
| Distância à Praia                   | 235                        | 42,3%                      |
| Custo Estacionamento                | 113                        | 20,4%                      |
| Outro                               | 7                          | 1,3%                       |

Relativamente à variável, disposição para pagar pela preservação ambiental das praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 20), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 564 respostas válidas, não foram validadas 8 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma: 47,7% (269) (Sim) dos visitantes manifestam disposição para pagar pela preservação ambiental das praias da Albufeira do Azibo e 52,3% (384) (Não) dos visitantes não manifestam disposição para pagar pela preservação ambiental das praias da Albufeira do Azibo.

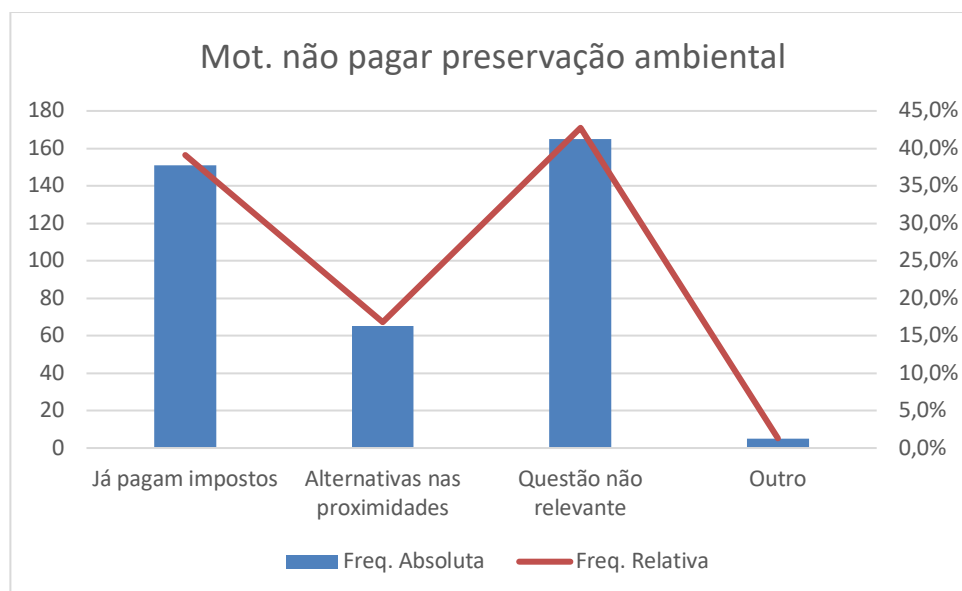
**Gráfico 20:** Caraterização por disposição para pagar pela preservação ambiental das praias da albufeira do Azibo



Relativamente à variável, valor a pagar pela preservação ambiental das praias da albufeira do Azibo, para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 564 respostas válidas, não foram validadas 8 respostas, considerando o espectro de análise as respostas sim à questão anterior (Q. 26 do questionário), consideramos: valor médio face à DPP é de 3,63 euros, desvio padrão - 6,84 euros e valor da moda é de 2 euros.

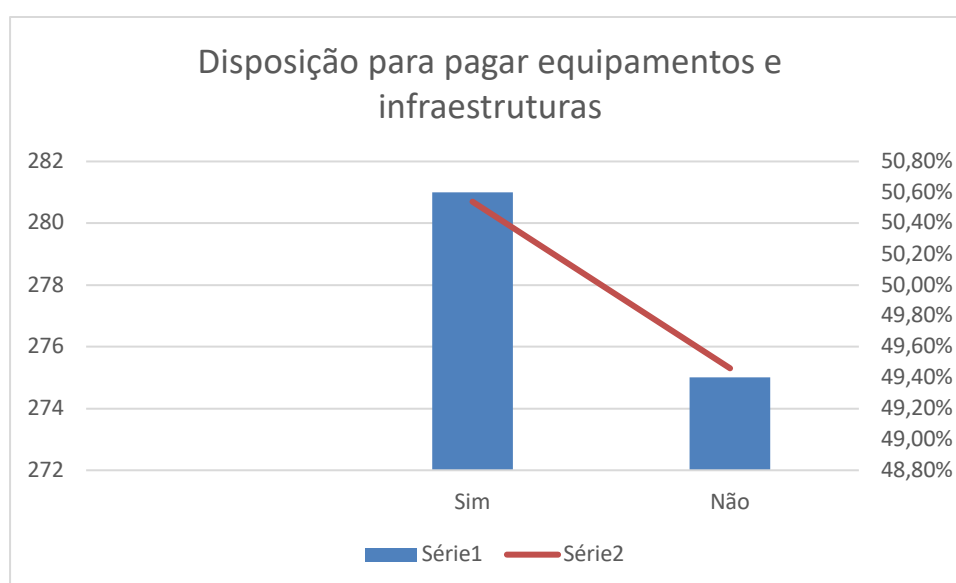
Relativamente à variável, motivo para considerar não pagar, pela preservação ambiental das praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 21), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 295 respostas válidas, não foram validadas 157 respostas, sendo que a características mais valorizadas para considerar não pagar, pela preservação ambiental das praias da Albufeira do Azibo são: 42,5% (165) dos inquiridos consideram a questão não relevante e 39,1% (151) dos inquiridos consideram que já pagam impostos suficientes

**Gráfico 21 - Motivo para considerar não pagar, pela preservação ambiental das praias da Albufeira do Azibo**



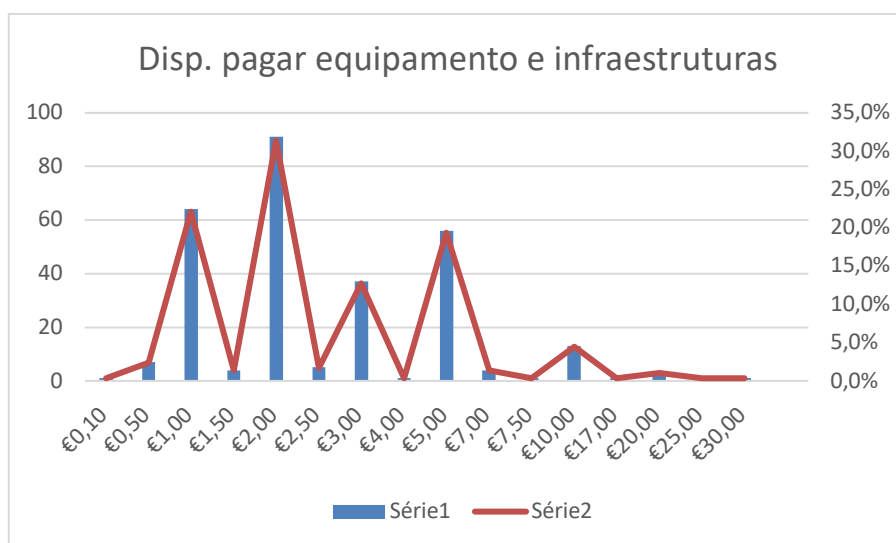
Relativamente à variável, disposição para pagar pela melhoria de equipamentos e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 22), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 556 respostas válidas, não foram validadas 17 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma: 49,46% (275) (Não) dos visitantes não manifestam disposição para pagar pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo e 50,54% (281) (Sim) dos visitantes manifestam disposição para pagar pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo.

**Gráfico 22** – Disposição para pagar pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo



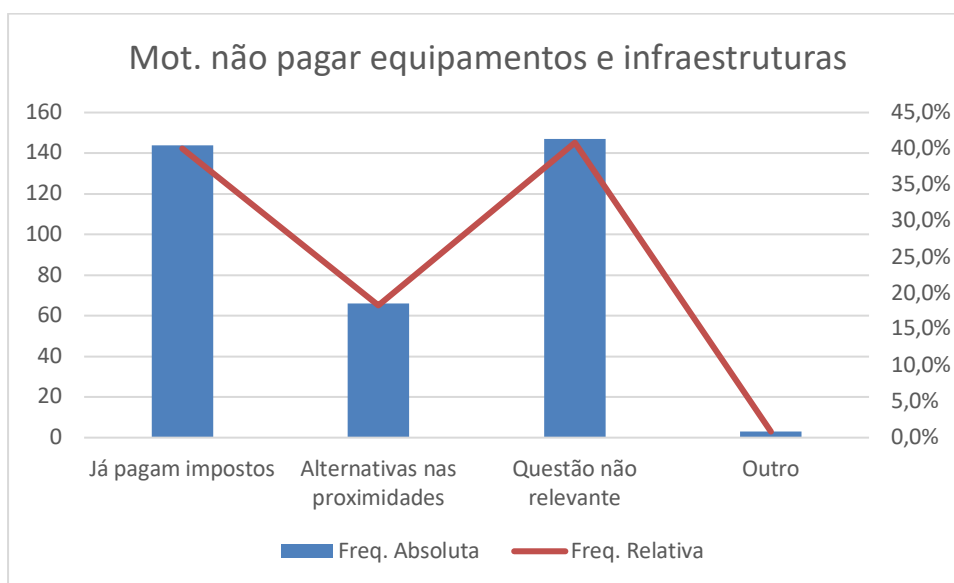
Relativamente à variável, valor a pagar pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 23), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 556 respostas válidas, não foram validadas 17 respostas, considerando o espetro de análise às respostas sim à questão anterior (Q. 30 do questionário), consideramos como valor médio face à DPP de 3,30 euros, apresentando um desvio padrão de 3,52 euros, sendo que o valor da moda representado é de 2 euros.

**Gráfico 23** – Valor a pagar pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo



Relativamente à variável motivo para considerar não pagar, pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo, (gráfico 24), para um universo de 573 questionários, obtiveram-se 275 respostas válidas, sendo que as características mais valorizadas para considerar não pagar pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo, são: 40,8% (147) dos inquiridos consideram a questão não relevante e 40,0% (144) dos inquiridos consideram que já pagam impostos suficientes.

**Gráfico 24 - Motivo para não considerar pagar, pela melhoria de equipamento e infraestruturas das praias da Albufeira do Azibo**



### 4.3. Interpretação dos Resultados e Validação da Hipótese

Tendo por base a significância estatística obtida na estimação do valor a pagar pelos bens públicos de uso e não uso, conforme se pode observar no gráfico 21 e 22, verifica-se que os visitantes manifestaram maior disponibilidade para pagar pela melhoria de equipamentos e infraestruturas das praias da albufeira do Azibo do que pela sua preservação ambiental.

A maioria dos inquiridos (52,3%) manifestou não estar disponível para pagar pela preservação ambiental daquele recurso, alegando fundamentalmente que a questão não se afigurava como relevante ou que já o faziam indiretamente através do pagamento de impostos. Dos que manifestaram estar disponíveis para pagar, em média admitem pagar 3,63 euros, com desvio padrão de 6,84 euros.

Já no que diz respeito à melhoria de recursos e infraestruturas, 50,54% dos inquiridos manifestou disponibilidade para pagar, sendo que o valor médio referido para o efeito é de 3,30 euros, com

desvio padrão de 3,52 euros. Os inquiridos que não manifestaram disponibilidade para pagar pelo uso daquelas infraestruturas alegaram o pagamento indireto através dos impostos, que a questão não era relevante ou ainda a existência de alternativas gratuitas nas proximidades.

Assim, relativamente à hipótese de investigação fixada para dar resposta ao nosso principal objetivo de estudo, o resultado mostra que a hipótese foi validada, pois a maioria dos utilizadores/visitantes das praias da Albufeira do Azibo manifestaram disponibilidade para pagar pelos bens públicos de uso e não manifestaram disponibilidade para pagar pelos bens públicos de não uso.

Sem prejuízo do referido, quando comparados os valores económicos que os inquiridos manifestam estar disponíveis para pagar quer pelo uso, quer pelo não uso dos bens públicos, conclui-se que o valor a pagar pelo não uso é de 3,63 euros, enquanto o valor a pagar pelo uso daqueles bens públicos é de apenas 3,30 euros (valores médios).

Pelo exposto, podemos concluir que há um manifesto enviesamento das intenções de pagar pelos bens públicos de uso e não uso, manifestando-se uma menor disponibilidade para afetar recursos à preservação ambiental, contudo o valor disponível para pagar é maior que na vertente contrária em que existe maior disponibilidade para pagar pelos bens públicos de uso, como equipamento e infraestruturas, sendo que o valor considerado é menor em 0,33 euros.

## **5. Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação**

Com este trabalho de investigação, embora exploratório, pretendeu-se conhecer e avaliar a disposição que os turistas manifestaram para pagar pelos bens públicos de uso e não uso nas praias da albufeira do Azibo, analisando um conjunto de aspetos que caracterizam as praias da albufeira do Azibo, em Macedo de Cavaleiros. Para tal, selecionou-se como objeto de estudo as praias da albufeira do Azibo, mais especificamente a praia da Ribeira e a praia da Fraga da Pegada. Conclui-se, portanto, que existem diferenças na disposição que os turistas manifestaram para pagar pelos bens públicos de uso e não uso nas praias da albufeira do Azibo.

Os resultados obtidos permitem concluir que a disposição que os turistas manifestaram para pagar pelos bens públicos de uso é menor, determinada em 3,30 euros, enquanto a disposição para pagar pelos bens públicos de não uso se registou em 3,63 euros. Os resultados permitiram concluir que inversamente à nossa proposta de questão de investigação, os inquiridos manifestaram estar mais dispostos a pagar por bens públicos de não uso do que de uso, o que se pode considerar uma revelação para este setor turístico local (Adamu et al, 2015).

As implicações práticas desta investigação traduzem-se no facto de os resultados deste estudo disponibilizarem indicadores de medida aos dirigentes políticos locais e desta forma possibilitam que este possam dispor de informação que lhes permita avaliar as políticas públicas locais de turismo, no sentido aperfeiçoarem ações concertadas para melhorar a operacionalidade dos bens públicos de uso e não uso, e assim, aumentar a satisfação dos visitantes | turistas, que procuram as praias da albufeira do Azibo como destino de férias (Alves et al, 2014).

No que diz respeito às limitações, embora se considere ter alcançado o objetivo previamente definido, acredita-se que somente a aplicação de questionários numa dissertação não possibilita a constatação da realidade de forma abrangente, pelo que em próximas investigações se pensa aumentar o método de recolha de dados incluindo a abordagem por entrevista aos dirigentes políticos da autarquia a local. A utilização de outras metodologias de análise, nomeadamente um modelo de regressão logística poderá vir a proporcionar uma perspetiva mais fina de análise relativamente aos fatores que afetam a DPP dos visitantes. Paralelamente, importará perceber futuramente se a amostra ainda é representativa do perfil-tipo de visitante, isto é, se o contexto de pandemia provocou alterações às preferências de consumo daqueles recursos e respetiva procura do destino praias da Albufeira do Azibo. Crê-se desta forma, que este estudo encerra uma importante lacuna e abre caminho para uma solução institucional que permita a implementação do SPE, nas praias da albufeira do Azibo.

## Referências

- Adamu, A., Yacob, R., And, R., & Hashim, R. (2015). Factors Determining Visitors' Willingness to Pay for Conservation in Yankari Game Reserve, Bauchi, Nigeria. *International Journal of Economics and Management*, 9(S), 95–114.
- Albufeira do Azibo, Macedo de Cavaleiros | *Viaje Comigo*. (n.d.). Retrieved October 7, 2022, from <https://www.viajecomigo.com/2017/02/22/albufeira-do-azibo-macedo-de-cavaleiros/>
- Albufeira do Azibo - Macedo de Cavaleiros - *Pequenos Paraísos*. (n.d.). Retrieved October 7, 2022, from <https://www.praiafluvial.pt/albufeira-do-azibo/>
- Araújo, A. F. de, Marques, M. I. A., Candeias, M. T. R., & Vieira, A. L. (2022). Willingness to Pay for Sustainable Destinations: A Structural Approach. *Sustainability (Switzerland)*, 14(5), 1–18. <https://doi.org/10.3390/su14052548>
- Azibo. (n.d.). Retrieved October 7, 2022, from <https://www.azibo.pt/>
- Brandli, L. L., & Heineck, L. F. M. (2005). As abordagens dos modelos de preferência declarada e revelada no processo de escolha habitacional. *Ambiente Construído*, 5(48), 61–75.
- Campos, H. A. de. (2009). Falhas De Mercado e Falhas de Governo: Uma Revisão da Literatura Sobre Regulação Econômica. *Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização*, 5(2), 281–304. <https://doi.org/10.5102/prismas.v5i2.702>
- Faria, R. C., & Nogueira, J. M. (1992). *Método de Valoração Contingente: Aspectos Teóricos e Testes Empíricos*. 19(1983), 709–715. [https://doi.org/10.20595/jjbf.19.0\\_3](https://doi.org/10.20595/jjbf.19.0_3)
- Fisher, B., Turner, R. K., & Morling, P. (2009). Defining and classifying ecosystem services for decision making. *Ecological Economics*, 68(3), 643–653. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.09.014>
- Freeman III, M. A., Herriges, J. A., & Kling, C. L. (2014). *The measurement of Environmental and Resource Values: Theory and Methods* (3ª edição). RFF Press.
- Groot, R. S. de, Wilson, M. A., & Boumans, R. M. J. (2002). A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, 41(3), 393–408. [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(02\)00089-7](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(02)00089-7)
- Haab, T. C., & McConnell, K. E. (2002). *Valuing Environmental and natural resources: The*

- econometrics of Non-market valuation* (1<sup>a</sup>). Edward Elgar Publishing, Inc.  
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198797203.013.24>
- Liu, J., Liu, N., Zhang, Y., Qu, Z., & Yu, J. (2019). Evaluation of the non-use value of beach tourism resources: A case study of Qingdao coastal scenic area, China. *Ocean and Coastal Management*, 168(October 2018), 63–71.  
<https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2018.10.030>
- Local Government Forum. (2008). *Local Government and the Provision of Public Goods*. 1–21.
- Madureira, L., Magalhães, P., Silva, P. G., Marinho, C., & Oliveira, R. (2013). *Economia dos serviços de ecossistema: Um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas* (Quercus (Ed.); 1<sup>a</sup> edição). Quercus.
- Marzetti Dall'Aste Brandolini, S., & Disegna, M. (2015). ICZM and WTP of stakeholders for beach conservation: Policymaking suggestions from an Italian case study. *Tourism Economics*, 21(3), 601–628. <https://doi.org/10.5367/te.2013.0360>
- Oliveira, K. T. L. L. (2015). Análise de valoração contingente das praias do bairro Rio Vermelho, Salvador-BA: uma aplicação dos instrumentos econométricos logit e probit. *Nexus Econômicos*, 9(1), 134–162. <https://doi.org/10.9771/rene.v9i1.21679>
- Pedroso, R., & Biu Kung'u, J. (2019). Tourists' willingness to pay for upstream restoration and conservation measures. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(8), 1107–1124.  
<https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1593991>
- Peng, W. (2018). Study on the Willingness to Pay the Tourists in the Ecological Environment Protection of Huashan Scenic Spot. *Journal of Educational Theory and Management*, 2(1), 27. <https://doi.org/10.26549/jetm.v2i1.691>
- Praias da Albufeira do Azibo distinguidas com “Qualidade de Ouro 2021” - TV Europa*. (n.d.). Retrieved October 7, 2022, from <https://www.tveuropa.pt/noticias/praias-da-albufeira-do-azibo-distinguidas-com-qualidade-de-ouro-2021/>
- Resende, C. C. de. (2012). *Falhas de Mercado: Uma análise comparativa da Escola do Setor Público Tradicional e da Escola Austríaca*. Universidade de Brasília.
- Rigall-I-Torrent, R., & Fluvià, M. (2011). Managing tourism products and destinations embedding public good components: A hedonic approach. *Tourism Management*, 32(2), 244–255.

<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.12.009>

Ring, I., Hansjürgens, B., Elmqvist, T., Wittmer, H., & Sukhdev, P. (2010). Challenges in framing the economics of ecosystems and biodiversity: The TEEB initiative. In *Current Opinion in Environmental Sustainability* (Vol. 2, Issues 1–2, pp. 15–26). Elsevier.  
<https://doi.org/10.1016/j.cosust.2010.03.005>

Varian, H. R. (2015). Microeconomia: uma abordagem moderna. In *Analytical Chemistry* (9ª edição). Elsevier editora. <https://doi.org/10.1021/ac00130a760>

Vieira, F. R., & Barbosa, C. J. (2012). O método de valoração contingente (MAC): uma abordagem teórica. *Enciclopédia Biosfera*, 8, 2492.

Weimer, D. L., & Vining, A. R. (2005). *Policy analysis: Concepts and practice* (4ª edição). Upper Saddle River.

# Apêndice I Questionário aos Visitantes das Praias da Albufeira do Azibo



## QUESTIONÁRIO

### A Valorização das Praias da Albufeira do Azibo

Este questionário insere-se no âmbito da elaboração da dissertação de Mestrado em Administração Autárquica da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT-IPB) e visa determinar o valor de uso e não uso das praias da Albufeira do Azibo. Para o efeito pretendemos avaliar a disposição para pagar dos visitantes pela sua utilização, considerando um conjunto de equipamentos e infraestruturas já criadas ou a criar. O questionário é anónimo e confidencial e será utilizado apenas para fins científicos. Estima-se um tempo de resposta de 10 minutos.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos via *e-mail* ([almendra.mario@gmail.com](mailto:almendra.mario@gmail.com)).

**MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!**

---

## Perfil do Inquirido

### 1. Idade

- 15-24
- 25-49
- 50-64
- 65-79
- 80 e superior

### 2. Sexo

- Masculino
- Feminino

### 3. Nacionalidade

\_\_\_\_\_

### 4. Município

Residência \_\_\_\_\_

de

### 5. Habilitações Académicas?

- Menos de 4 anos de escolaridade
- 6 a 9 anos de escolaridade
- 12 anos de escolaridade ou curso profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outro  
(especifique) \_\_\_\_\_

### 6. Qual das seguintes opções descreve melhor a sua situação perante o emprego?

- Em trabalho a tempo inteiro (35/40 horas por semana)
- Em trabalho a tempo parcial (<35/40 horas por semana)
- Trabalho ocasional
- Estudante
- Reformado/Pensionista

Atualmente sem trabalho remunerado

7. Quantas pessoas compõem o seu agregado familiar, incluindo-o a si? \_\_\_\_\_

8. Qual o rendimento bruto mensal (total) do seu agregado familiar?

- Até 635€
- Entre 636€ e 1.272€
- Entre 1.273€ e 2.345€
- Entre 2.346€ e 3.518€
- Entre 3.519€ e 4.691€
- Entre 4.692€ e 5.865€
- Entre 5.866€ e 7.038€
- Entre 7.039€ e 8.211€
- Mais de 8.211€

#### Informação sobre a Deslocação

9. A partir de onde viajou para as praias da Albufeira do Azibo?

- Município de residência
- Outro destino (especifique) \_\_\_\_\_

10. Qual o meio de transporte utilizado para se deslocar até às praias da Albufeira do Azibo? *(Pode seleccionar até 3 alternativas)*

- Comboio
- Avião
- Autocarro
- Carro (próprio, de amigos, da empresa)
- Carro (alugado)
- Motociclo
- Bicicleta
- A pé

- Caravana/Carrinha/camião
- Barco/Navio/Ferry
- Táxi/Uber (outras plataformas)
- Outro  
(especifique)\_\_\_\_\_

**11.** Quanto gastou (em euros) com a sua viagem desde a origem até às praias da Albufeira do Azibo? *(considere gastos com combustíveis, portagens, alugueres de viaturas, bilhetes de autocarro, táxi/uber, entre outros)*

- <= 25€
- 26€-50€
- 51€-100€
- 101€-200€
- >200€

### Informação sobre Alojamento/Estadia

**12.** Quando visita as Praias da Albufeira do Azibo costuma permanecer mais do que um dia?

- Sim *(siga para as questões 13, 14, e 15)*
- Não *(siga para a questão 16)*

**13.** Se sim, quantas noites permanece, em média, neste destino?

\_\_\_\_\_

**14.** Se sim, que tipo de alojamento costuma frequentar?

- Casa própria
- Alojamento Local (AL)
- Hotel/Hotel-apartamento/Pousada
- Aldeamento turístico

- Apartamento turístico
- Resorts
- Turismo de Habitação (palácios e solares)
- Turismo no espaço rural (Casas de campo, Agro-turismo, Hóteis Rurais)
- Parque de Campismo e de Caravanismo
- Outro (especifique) \_\_\_\_\_

**15.** Se sim, qual o município de localização do alojamento?

- Alfândega da Fé
- Bragança
- Carrazeda de Ansiães
- Freixo de Espada à Cinta
- Macedo de Cavaleiros
- Miranda do Douro
- Mirandela
- Mogadouro
- Torre de Moncorvo
- Vimioso
- Vila Flor
- Vinhais
- Outro (especifique) \_\_\_\_\_

**16.** Se não, quantas horas permaneceu neste destino? \_\_\_\_\_

**17.** Em média, quantas pessoas o acompanham na visita às praias da Albufeira do Azibo?

- 1 pessoa

- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- > 4 pessoas

**18.** Quanto gastou **por pessoa e por dia** durante a sua estadia nas praias da Albufeira do Azibo? (incluindo alojamento, transporte no destino, alimentação e bebidas, compras e despesas de entretenimento)

- <= 25€
- 26€-50€
- 51€-100€
- 101€-200€
- >200€

**19.** Esta foi a sua primeira visita às praias da Albufeira do Azibo?

- Sim
- Não. Quantas vezes já visitou este destino nos últimos cinco anos? \_\_\_\_\_

### Características das Praias da Albufeira do Azibo

**20.** Quando escolhe uma praia para passar férias, qual(ais) a(s) característica(s) que mais valoriza? (considere 1 – Nada importante (NI), 2 – Pouco Importante (PI), 3 – Importante (Imp) e 4 – Muito importante (MI))

| Características da praia  | NI | PI | Imp | MI |
|---|----|----|-----|----|
| 20.1. Limpeza da água e areia   | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.2. Paisagem  | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.3. Conforto e segurança para banhos e exposição solar              | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.4. Silêncio e baixo número de visitantes                           | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.5. Equipamentos de lazer (áreas de desporto, restaurantes, etc.)   | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.6. Bons acessos  | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.7. Certificação de qualidade da praia (por exemplo, bandeira azul) | 1  | 2  | 3   | 4  |
| 20.8. Equipamentos de apoio (espreguiçadeiras, casas de banho, etc.)  | 1  | 2  | 3   | 4  |

|  |   |   |   |   |
|--|---|---|---|---|
| 20.9. Natureza e preservação do ambiente | 1 | 2 | 3 | 4 |
|--|---|---|---|---|

**21.** Qual o principal objetivo da sua visita de hoje? *(Apenas uma alternativa)*

- Banhos, exposição solar e descansar
- Desporto (natação, caminhada, etc.)
- Lazer em família
- Desfrutar de paisagens e de património
- Outro (especifique) \_\_\_\_\_

**22.** Como avalia as seguintes características das Praias da Albufeira do Azibo?  
*(Considere de 1 (Muito Desfavorável) a 10 (Extremamente Favorável) ou NA (Não aplicável))*

| <b>Características da praia</b>                   | <b>Avaliação</b> |
|---|------------------|
| 22.1. Cor e textura da areia                      |                  |
| 22.2. Largura da praia                            |                  |
| 22.3. Inclinação da praia                         |                  |
| 22.4. Limpeza da areia                            |                  |
| 22.5. Limpeza da água                             |                  |
| 22.6. Instalações e manutenção das casas de banho |                  |
| 22.7. Instalações e manutenção dos chuveiros      |                  |
| 22.8. Contentores de lixo e papeleiras            |                  |
| 22.9. Presença de peixes                          |                  |

|  |  |
|--|--|
| 22.10. Restaurantes, bares e "quiosques"                       |  |
| 22.11. Pontos de informação/sinalização da praia               |  |
| 22.12. Aluguer de guarda-sóis e espreguiçadeiras               |  |
| 22.13. Serviço de Nadadores-salvadores                         |  |
| 22.14. Áreas de estacionamento                                 |  |
| 22.15. Acesso à praia  |  |
| 22.16. Paisagem  |  |
| 22.17. Conforto  |  |
| 22.18. Relação qualidade/preço                                 |  |
| 22.19. Número de visitantes                                    |  |
| 22.20. Ruído   |  |
| 22.21. Existência de pontos de fuga e corredores de emergência |  |
| 22.22. Avaliação global  |  |

**23.** Que importância tem para si, a segurança das pessoas e bens nesta praia?

- Nada Importante
- Pouco Importante
- Importante
- Muito Importante

**24.** Considera importante a existência de parques de estacionamento nas praias da Albufeira do Azibo?

- Sim ( *siga para a questão 25*)
- Não ( *siga para a questão 26*)

**25.** Se sim, que aspetos mais valoriza? (*selecione até três opções*)

- Vigilância do parque de estacionamento
- Delimitação dos lugares de estacionamento
- Pavimentação do parque de estacionamento
- Informação/sinalética do parque de estacionamento

- Indicação da lotação do parque de estacionamento
- Zonas de sombreamento no parque de estacionamento
- Distância até às praias
- Custo do estacionamento
- Outro (especifique)\_\_\_\_\_

**26.** Estaria disposto a pagar pela visita às Praias da Albufeira do Azibo se isso implicasse uma melhor preservação e conservação ambiental e paisagística?

- Sim ( *siga para a questão 27*)
- Não ( *siga para a questão 28*)

**27.** Qual o valor (em euros) que estaria disposto a pagar por **pessoa/visita/dia** para preservação e conservação ambiental e paisagística das Praias da Albufeira do Azibo?

**28.** Qual o principal motivo para não considerar pagar? (*selecione somente uma alternativa*)

- Já pago impostos para usufruir dos serviços das Praias da Albufeira do Azibo
- Existem outras alternativas nas proximidades
- Não considero esta questão relevante
- Outro (especifique)\_\_\_\_\_

**29.** Estaria disposto a pagar pela visita às Praias da Albufeira do Azibo se isso implicasse uma melhoria dos equipamentos e infraestruturas de apoio (parques de estacionamento, equipamentos desportivos, limpeza, balneários, etc.)

- Sim ( *siga para a questão 30*)
- Não ( *siga para a questão 31*)

**30.** Qual o valor (em euros) que estaria disposto a pagar por **pessoa/visita/dia** para a melhoria dos equipamentos e infraestruturas de apoio (parques de estacionamento, equipamentos desportivos, limpeza, balneários, etc.) das Praias da Albufeira do Azibo?

**31.** Qual o principal motivo para não considerar pagar? (*selecione somente uma alternativa*)

- |                          |  |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Já pago impostos para usufruir dos serviços das Praias da Albufeira do Azibo |
| <input type="checkbox"/> | Existem outras alternativas nas proximidades                                 |
| <input type="checkbox"/> | Não considero esta questão relevante   |
| <input type="checkbox"/> | Outro (especifique) _____  |

**32.** O que é que mais desgosta nas Praias da Albufeira do Azibo?

|              |
|--------------|
| <br><br><br> |
|--------------|

**33.** Tem algum comentário ou opinião que pretende partilhar?

|              |
|--------------|
| <br><br><br> |
|--------------|